



TAYNAH ALVES SOARES

ENTRE "COQUINHOS", BRIGAS E RELAÇÕES DE GÊNERO:
uma etnografia com as crianças do Conjunto Habitacional
Palha do Arroz no Recife

RECIFE
2021

TAYNAH ALVES SOARES

**ENTRE “COQUINHOS”, BRIGAS E RELAÇÕES DE GÊNERO:
uma etnografia com as crianças do Conjunto Habitacional Palha do Arroz no Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati

Recife

2021

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S676e Soares, Taynah Alves.
Entre “coquinhos”, brigas e relações de gênero : uma etnografia com as crianças do Conjunto Habitacional Palha do Arroz no Recife / Taynah Alves Soares. – 2021.
101 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Alex Giuliano Vailati.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2021.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Antropologia da criança. 3. Infância. 4. Gênero. 5. Palha do Arroz (Recife, PE) . I. Vailati, Alex Giuliano (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-119)

TAYNAH ALVES SOARES

**ENTRE “COQUINHOS”, BRIGAS E RELAÇÕES DE GÊNERO:
uma etnografia com as crianças do Conjunto Habitacional Palha do Arroz no Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Aprovada em: 12/03/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Às crianças da Palha do Arroz,
aos meus pais, Aldo e Silene, e
às minhas ancestrais negras.

AGRADECIMENTOS

Escrever é um processo que já faz parte de quem sou há um tempo. Escrever, para mim, é colocar para fora aquilo que está guardado dentro do peito; é derramar no papel aquilo de que o coração transborda. Esta dissertação nada mais é do que isso: um transbordamento de um pedido que meu coração fez há quase quatro anos e eu, gentilmente, ouvi. Dizem que trabalhar com o que se gosta faz com que você trabalhe em dobro, é verdade, mas a satisfação de ver estas páginas serem escritas e de acreditar fielmente em tudo que está sendo dito vale a pena o esforço – inclusive foi este um dos principais motivos que me deu forças para continuar a escrita em um momento de isolamentos, angústias e perdas.

Como nem tudo são flores, mesmo trabalhando com o coração, estamos suscetíveis aos desafios, incertezas e apertos da vida. Assim, os anos em que me pus a realizar o mestrado foram anos difíceis e me desafiaram até a (quase completa) exaustão. Longe de mim normalizar o sofrimento acadêmico e pessoal, precisamos sim repensar formas de lidar com ele na academia, mas aqui, preciso honrar também o processo de crescimento e redescoberta fruto desses momentos. Um processo cheio de altos e baixos, mas que me trouxe até aqui: a Taynah que hoje escreve estes agradecimentos, e que é muito diferente daquela que pisou pela primeira vez no 13º andar do CFCH enquanto mestranda em 2018. Honro e agradeço a ambas. Mergulhar fundo em si se mostrou muito mais vantajoso do que continuar lutando na superfície.

Ademais, esta dissertação, apesar de muitas vezes ter sido um processo solitário, não dependeu unicamente de mim e muitas foram as mãos que seguraram a minha para que tudo isso pudesse se concretizar. Agradeço imensamente a todas e enquanto estas palavras são lidas espero que vocês possam sentir, ao menos um pouco, do afeto e da gratidão que tenho por cada um e por todos. Sintam-se abraçados. Esse momento também é de vocês.

A Aldo e Silene, meus pais, agradeço pelo suporte incondicional que vocês são. Muitas vezes sem entender exatamente o processo, jamais deixaram de me apoiar do começo até o final e digo que, sobretudo, no final em que estivemos isolados e reunidos mais uma vez devido à pandemia. Obrigada por me acolherem em casa novamente, sem essa volta ao lar e a convivência diária, tenham certeza que essa dissertação não teria sido possível. Conseguimos. Amo vocês.

A Tia Ane, pelo apoio em todas as minhas empreitadas, pelo incentivo à leitura desde a infância e pelo estímulo para ir sempre mais longe, de forma crítica e racional.

A Sirius e Gina, meus companheiros de todas as horas, que me seguem pela casa e permaneceram ao meu lado mesmo nas extensas horas de trabalho. Vocês são conforto.

Aos colegas de mestrado da turma 2018, que passaram por desafios semelhantes e, mesmo assim, continuaram caminhando. Sabemos o quão difícil foi enfrentar esses dois anos de exaustivas mudanças sociais e políticas ao mesmo tempo em que batalhávamos academicamente. Que vocês permaneçam seguindo seus desejos e seus corações, cada um no seu tempo. Não há pressa.

A Anna Odara, Gabriela, Júlia e Laís, também companheiras de mestrado, que compartilharam de perto suas felicidades e angústias. Que a “firma” siga firme e forte por muitos e muitos carnavais, pois eles não vão existir novamente.

A todas as mulheres incríveis que já passaram pela Por Vós e que, de certa forma, compartilharam do sentimento que deu origem a esta dissertação. De maneiras diversas, em profissões diversas, vocês me inspiram.

A Anna Jéssica, integrante da Por Vós cuja parceria se estendeu para toda a vida. Obrigada pelo ombro amigo, pelos abraços, pela casa, pelas correções carinhosas, pelas comidas compartilhadas e que não só alimentavam o corpo, mas também a alma. Obrigada pela disponibilidade e por ser essa mulher tão incrivelmente maravilhosa. Você é inspiração de vida, inspiração acadêmica, inspiração de ser humano.

A Luís, que esteve presente muito antes do início dessa caminhada e que acreditou na minha empreitada na Antropologia mesmo quando eu não acreditava. Você foi muitos e o carinho sempre será imenso. Obrigada pelas discussões teóricas e metodológicas e pelas correções atenciosas. Sigamos percorrendo os caminhos que a vida nos trouxe.

A Daiany, minha mais biomédica amiga, pelos desabafos, choros e “surtos” compartilhados. Obrigada por ouvir e por acreditar que esta dissertação se tornaria real. Que você também acredite nas suas conquistas como acreditou nas minhas, porque eu acredito nelas. És uma grande profissional.

A Vera, Janaína, Lili, Nalva e seu Altino, moradores da Palha do Arroz, que abriram suas casas e suas vidas para poderem me acolher e que colaboraram imensamente com a pesquisa. Que a luta de vocês não seja esquecida, mas que, em algum momento, não seja mais necessária.

Às crianças da Palha do Arroz, que me abraçaram desde os primeiros dias e que me fizeram vivenciar uma experiência muito diferente daquela de minha própria infância ou de

minha atual adulez. Obrigada por me receberem, aprendi muito com vocês. Este trabalho é nosso.

À Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco e ao Centro Sabiá, por me aceitarem no meio do trabalho de vocês para que pudéssemos trabalhar juntos. Viva o poder político do feminismo e da agroecologia!

Ao professor Alex Vailati, meu orientador, que me acompanhou durante esses anos e que muitas vezes precisou lidar com minha ausência. Obrigada pelo respeito, pela orientação, pela confiança e pelas palavras de conforto.

Às professoras Ana Cláudia Rodrigues e Flávia Pires, que fizeram parte de minha banca de qualificação. Obrigada pelos inúmeros comentários que me ajudaram a aprimorar o trabalho e enriquecer minha própria trajetória acadêmica.

Aos professores Edilma Nascimento e Russell Parry Scott, que aceitaram participar da banca de defesa mesmo em meio ao caos de 2021. Obrigada por também confiarem e pelos comentários que virão a engrandecer o produto final desta dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, sobretudo, pelo reconhecimento dos desafios do período pandêmico e pela preocupação extra para com seus alunos nesse momento tão difícil.

À FACEPE, pelo financiamento deste trabalho, que me permitiu concluí-lo com certa estabilidade. Por mais e mais fomento à pesquisa no Brasil.

Aos profissionais de saúde mental que estiveram comigo desde 2019 e que foram extremamente cuidadosos e atenciosos no meu acompanhamento clínico nesses dois anos. É preciso falar do sofrimento psíquico dos estudantes de graduação e pós-graduação e aqui não tenho vergonha de assumi-lo. Por mais profissionais que saibam lidar com esse momento e que não mais acreditem ser esta a única possibilidade de vivência nesse meio.

A todas as outras pessoas que não foram citadas nominalmente aqui, mas que me apoiaram direta ou indiretamente e, assim, possibilitaram a concretização do que eu chamo de “maior loucura da minha vida”. Mudar de área não foi fácil, mas se tornou viável por causa de vocês.

Por último, mas não menos importante, a todas as mulheres negras acadêmicas, que não se intimidaram com as ameaças da universidade, com o racismo que ainda mantém de pé uma segregação não oficial e com aqueles que disseram que este não era o nosso lugar. Por vocês, eu digo e afirmo: aqui é o nosso lugar sim! Floresçamos.

Com amor e carinho,
muito obrigada!

“(…) Sou criança, sou negra
Também sou resistência (…)”
(MC SOFFIA, 2016)

“Das cabanas da vergonha da história
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Eu sou um oceano negro, inquieto e vasto,
Subindo e crescendo eu aguento a maré.

Deixando para trás as noites de terror e de medo
Eu me levanto
Em direção a uma aurora maravilhosamente clara
Eu me levanto
Trazendo os presentes que meus ancestrais me deram,
Eu sou o sonho e a esperança do escravo.
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.”
(ANGELOU, 1978, tradução minha)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo principal a compreensão da infância construída socialmente pelas crianças da Palha do Arroz, um conjunto habitacional idealizado através de programas governamentais e situado no bairro de Campo Grande, no Recife. Para isso, partiu-se do pressuposto de que a infância é uma construção social, ou seja, não é universal e modifica-se de acordo com o contexto histórico, social e cultural na qual está inserida. O processo etnográfico foi desenvolvido entre novembro de 2018 e julho de 2019, através da observação participante com adultos e crianças entre 2 e 11 anos, associada com outras técnicas metodológicas como: desenhos, fotografias e entrevistas semiestruturadas. Observou-se grande importância das brincadeiras na constituição da infância local, entre elas brincadeiras mais antigas e folclóricas, assim como também formas de brincar mais específicas como as constantes brigas e a procura pelo “coquinho”. O local onde aconteciam essas brincadeiras era, principalmente, o espaço público da rua que se mostrou central no estabelecimento das relações das crianças com seus pares e com os adultos. Além disso, o gênero também se apresentou enquanto categoria fértil para análise dessas relações, visto que as crianças desenvolviam suas relações com seus pares a partir da negociação dos padrões hegemônicos. Como considerações finais, a infância da Palha do Arroz para as crianças que a constroem e vivenciam se mostrou fluida e não um conceito rígido, sendo moldada, dentre outras coisas, pelas circunstâncias infraestruturais do conjunto habitacional.

Palavras-chave: antropologia da criança; infância; gênero; Palha do Arroz;

ABSTRACT

The present dissertation had as main objective the understanding of childhood socially constructed by the children of Palha do Arroz, a housing estate idealized through government programs and located in Campo Grande, Recife. For this, it was assumed that childhood is a social construct, that is, it is not universal and changes according to the historical, social and cultural context in which it is inserted. The ethnographic process was developed between November 2018 and July 2019, through participant observation with adults and children among 2 and 11 years old, together with other methodological techniques such as: drawing, photography and semi-structured interviews. There was a great importance of games in the constitution of local childhood, between them older and folkloric games, as well as more specific ways of playing such as the constant fights and the search for “coquinho”. The place where these games happened was, mainly, the public space of the street, which proved to be central to the establishment of children’s relations with their peers and with adults. In addition, gender also appeared as a fertile category of analyses of these relationships, since children developed them through the negotiation of hegemonic patterns. As final considerations, the childhood of Palha do Arroz for the children who build and experience it showed to be fluid and not a rigid concept, being shaped, among other things, by the infrastructural circumstances of the housing estate.

Key-words: anthropology of childhood; childhood; gender; Palha do Arroz;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica do CH Palha do Arroz.....	23
Figura 2. <i>Espaço cimentado</i>	28
Figura 3. Bazar Feminista da MMM na Palha do Arroz em 2017.	30
Figura 4. O jogo da memória de Letícia e Carolina no Bazar Feminista de 2017: um espaço das crianças.	31
Figura 5. A utilização da câmera pelas crianças.....	42
Figura 6. A exposição do Centro Sabiá.	43
Figura 7. Adultos no espaço cimentado.....	60
Figura 8. Brinquedos de casinha.	63
Figura 9. O pneu como um brinquedo.	64
Figura 10. A comidinha com aquilo que antes tinha sido descartado.	65
Figura 11. A técnica para comer “coquinho”.	66
Figura 12. Mulheres pintando a unha e bebendo cerveja durante evento.....	69
Figura 13. As comidas da festa.....	77
Figura 14. A presença do passinho entre as crianças.	80
Figura 15. Carolina utilizando a faca e cozinhando na casinha.....	82
Figura 16. “Eu posso fazer isso sim!”.	83
Figura 17. Os meninos com as pulseiras.	84
Figura 18. A quebra da fronteira invisível entre crianças e adultos.	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CEP	Código de Endereçamento Postal
CH	Conjunto Habitacional
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
PROMETRÓPOLE	Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife
RMR	Região Metropolitana do Recife
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PALHA DO ARROZ E SEUS DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS.....	20
2.1	O CONJUNTO HABITACIONAL H01	20
2.2	A CHEGADA À PALHA DO ARROZ	29
2.3	A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E OUTRAS TÉCNICAS METODOLÓGICAS	37
2.4	DILEMAS ÉTICOS	44
3	A INFÂNCIA E AS BRINCADEIRAS ENTRE AS CRIANÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL	49
3.1	DE ONDE SE PARTE TEORICAMENTE	49
3.2	A PALHA DO ARROZ E SUA INFÂNCIA: para além do conceito de infância enquanto construção social	53
3.3	O BRINCAR	57
3.4	AS BRINCADEIRAS NA PALHA DO ARROZ.....	59
3.5	O BRINCAR NA RUA.....	68
4	AS CRIANÇAS DA PALHA DO ARROZ E A CATEGORIA GÊNERO	72
4.1	A INTERSECÇÃO ENTRE INFÂNCIA E GÊNERO NA ACADEMIA	72
4.2	A NEGOCIAÇÃO DOS PADRÕES DE GÊNERO ENTRE AS CRIANÇAS DA PALHA DO ARROZ	76
4.3	O MOVIMENTO FEMINISTA E AS CRIANÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Impossível iniciar a escrita deste trabalho, sem iniciar também redigindo sobre minhas escolhas pela Antropologia, pela Antropologia da Criança, em específico, e pela Palha do Arroz, local onde foi realizada a presente pesquisa. São escolhas que se entrelaçam de forma acadêmica e individual e que, conseqüentemente, acabam refletindo também muito da pesquisadora em si, suas crenças e seus caminhos, ao mesmo tempo em que são de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, é preciso ressaltar que o que será apresentado aqui não foi concebido e escrito no vácuo de um academicismo que se pretende neutro, mas é – e assume ser – situado e muito bem demarcado em uma sociedade que nos separa por gênero, raça, classe, orientação sexual, dentre tantas outras categorias.

A presente dissertação de mestrado teve então, como objetivo principal, a compreensão da infância construída socialmente pelas crianças da Palha do Arroz, um conjunto habitacional idealizado através de programas governamentais e situado no bairro de Campo Grande, no Recife. Compreendidos dentro desse escopo maior, objetivava-se também apreender os conceitos de infância existentes na localidade, assim como, os elementos envolvidos nessas construções e as relações estabelecidas pelas crianças com seus pares, com os adultos e com o conjunto habitacional em geral. Além disso, atentou-se também para as brincadeiras e para as relações de gênero presentes nesses momentos, as quais acabam por diferenciar as experiências vividas por meninas e meninos, *prestando atenção* ao processo de negociação dos padrões de gênero hegemônicos por parte dessas crianças.

A caminhada inicial que me levou à Antropologia e às crianças da Palha do Arroz começou logo após minha graduação no curso de Biomedicina. Uma mudança um tanto quanto drástica: de células microscópicas e um trabalho muito mais solitário e silencioso à observação participante feita na presença de tantas outras pessoas e à energia, muitas vezes, não silenciosa das crianças. Apesar de meu interesse nas Ciências Sociais ser antigo, o encontro com a Antropologia em si aconteceu muito mais por acaso do que de forma planejada, em uma busca descompromissada. No entanto, o interesse pelo trabalho com crianças no mestrado não aconteceu assim de forma tão aleatória.

Em 2015, juntamente com três amigas, fundei uma associação feminista – a Por Vós – com o objetivo de levar as discussões acerca do feminismo para fora do ambiente acadêmico e para aquelas que muitas vezes estavam excluídas do debate, apesar de também sofrerem as

diversas consequências causadas pela discriminação de gênero: crianças e adolescentes do gênero feminino. Iniciava-se nesse momento, o interesse inesperado e genuíno que, juntamente com a leitura do livro intitulado *Antropologia da Criança*, da antropóloga Clarice Cohn (2010), me levou por um caminho que culminou nessa dissertação. Enquanto mulher negra feminista, portanto, pesquisar com crianças não é apenas uma escolha acadêmica, mas faz parte de um compromisso político. Aqui me espelho nas incontáveis mulheres que idealizaram os primordialmente chamados *Estudos da Mulher*, “impregnando e ‘contaminando’ o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política” (SCOTT, 1997, p. 16). Sendo assim, não houve a intenção de desassociar por inteiro minhas escolhas teóricas e metodológicas de minha posição política e, mesmo que houvesse, seria um intento irreal, visto que vivemos em uma sociedade que faz questão de nos lembrar, a todo o momento, de nossa posição social, de gênero, de idade, entre outras, além de que os dois aspectos se entrelaçaram muito mais do que se afastaram em campo.

Partindo desse pressuposto, podemos falar de uma pesquisa feminista compromissada também com os direitos das crianças, sendo esta uma categoria que passou por uma resistência equivalente àquela sofrida pelos estudos de gênero ao adentrar na academia. É através desse paralelo, inclusive, que a autora Jane Helleiner (HELLEINER, 1999; HELLEINER *et al.* 2001) chega até mesmo a falar na possibilidade de uma Antropologia Feminista da Infância. Mulheres e crianças, argumentam ela e outras tantas autoras (OAKLEY, 1994; ORTNER, 1979; THORNE, 1987), estariam relacionadas não apenas por sua proximidade física devido ao processo de maternidade experienciado por mulheres *cis*¹, mas também – e sobretudo – por ambas as categorias ocuparem, no que chamamos de Ocidente, o polo da natureza e do privado nas dicotomias natureza *x* cultura, privado *x* público. Assim, em uma sociedade que vê o natural enquanto sinal de inferioridade e aquilo que é privado como algo a ser protegido e tutelado, esses debates dicotômicos acabam por colocar o homem branco, *cis*, heterossexual, adulto e de classe média – pertencente aos polos da cultura e do público – em um patamar distinto e favorecido. Além disso, a própria existência de oposição nesses polos acaba por inferir na existência também de certa hierarquia entre eles.

Através da Por Vós fui apresentada à Palha do Arroz em novembro de 2017, ao ser convidada por uma companheira de associação a participar do Bazar Feminista realizado na

¹Mulheres cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Enquanto mulheres *trans* são aquelas cuja identidade de gênero e o gênero atribuído ao nascimento não correspondem.

localidade em parceria com a Marcha Mundial de Mulheres de Pernambuco (MMM) e pelo Centro Sabiá, duas organizações que, como explicarei no decorrer das próximas seções, atuam em conjunto com as moradoras do habitacional. Assim, a Palha do Arroz é reconhecida no campo progressista recifense por sua articulação entre mulheres locais e grupos feministas e de agroecologia, tanto é que a horta comunitária é chamada, por escolha das mulheres, como a Horta Comunitária das Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz.

Essa articulação entre as mulheres do habitacional e o feminismo foi o que, inicialmente, chamou minha atenção para o local, primeiramente como possibilidade de atuação através da Por Vós, e só depois como possível “objeto de estudo” para um projeto de mestrado, este que primordialmente objetivava analisar tal articulação. No dia do Bazar em 2017, passei a maior parte do tempo brincando com as crianças e com a câmera que levei, o que posteriormente fez com que eu me atentasse para o fato de que, mesmo com a participação constante de meninas e meninos, inclusive muitas delas sendo filhas das mulheres que estavam no evento, nenhuma das atividades propostas pelas organizações as envolvia diretamente. A inquietação gerada após essa observação confirmou a mudança que havia sido concretizada há poucas semanas: decidi trocar as intenções de estudar mulheres adultas para estudar crianças. E, particularmente, que bom que o fiz. Assim, no que esteve ao meu alcance, procurei chamar a atenção para as vozes das crianças da Palha do Arroz e amplificá-la dentro do ambiente acadêmico.

Isto posto, o presente trabalho foi dividido em três seções, as quais apresentarei brevemente a seguir. Na primeira, intitulada **A Palha do Arroz e seus desafios éticos e metodológicos**, apresento parte do processo de construção do Conjunto Habitacional H01, a Palha do Arroz, construído em 2011 a partir do Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife. Apesar de um dos objetivos do referido programa ter sido melhorar a qualidade de vida dos favorecidos com as unidades habitacionais, na prática, os impactos das obras são questionáveis devido aos constantes problemas infraestruturais que atrapalham a vida dos moradores. Aliadas às mulheres do conjunto habitacional, na tentativa de resolução desses problemas, estão organizações como a MMM e o Centro Sabiá, os quais facilitaram meu acesso ao campo, assim relato também nesta seção como se deu minha aproximação e desenvolvimento de confiança com minhas interlocutoras.

A seção é seguida, então, pela apresentação das escolhas metodológicas de se trabalhar a observação participante juntamente com outras técnicas como, por exemplo, o desenho e a fotografia, assim como, a exposição também das vantagens e dificuldades encontradas em

trabalhá-las com as crianças do conjunto habitacional, as quais acolheram fortemente as câmeras fotográficas, mas não se interessaram tanto pelos desenhos. Como finalização, trago alguns dos dilemas éticos encontrados na pesquisa com crianças, dentre os quais estão a exposição do nome e de seus rostos que, como será visto, optei por não deixar à mostra, embasando-me em Sônia Kramer (2002), sem deixar de refletir, no entanto, o papel de sujeitos ativos dessas crianças na produção da presente pesquisa.

Em **A infância e as brincadeiras entre as crianças do Conjunto Habitacional**, inicio dando um panorama teórico do que se chama de novos estudos sociais da infância (CHRISTENSEN; JAMES, 2000; JAMES; JAMES, 2004; JENKS, 2002; MAYALL, 2003; PROUT, 2005; PROUT; JAMES, 2005; SARMENTO; PINTO, 1997), nos quais me apoio no sentido de considerar a infância enquanto construção social e, portanto, não universal e a criança enquanto sujeito ativo no desenvolvimento de suas relações. Para além de permanecer na constatação desse *status* da criança, corroboro com Clarice Cohn (2013) e Alan Prout (2005) quando dizem que é preciso abrir os horizontes e trazer reflexões teóricas outras para a área de pesquisa com crianças, assim utilizo autores como Tim Ingold (2019) e Christina Toren (2012) para refletir sobre a construção da infância da Palha do Arroz, atentando-me também para como a relação social das crianças com o ambiente do habitacional molda seu desenvolvimento não só social como também biológico.

Dessa forma, reflito sobre a presença e as brincadeiras estabelecidas com as crianças na rua, a qual se mostra como importante marcador na infância local, haja vista que boa parte das atividades tanto das crianças quanto dos adultos é executada neste ambiente. A rua, assim, ocupa um local fluído entre o que se entende por público e privado, servindo para o estabelecimento de relações mais impessoais, para eventos particulares – como festas de aniversário – ou, ainda, para conversas entre vizinhos, amigos e familiares. É nesse espaço também onde as crianças participam das brincadeiras, as quais cito as principais nesta segunda seção: brincadeiras de casinha, pega-pegou e amarelinha; uso de brinquedos ou ressignificações de materiais descartados como lixo; o passinho do brega *funk*, o “coquinho” e as brigas.

Na seção seguinte, chamada de **As crianças da Palha do Arroz e a categoria gênero**, faço uma interseção entre as categorias infância e gênero, baseando-me em autoras dos estudos de gênero (BUTLER, 2003; LOURO, 2003; 2008) que criticam as dicotomias ocidentais como não capazes de abranger as experiências de mulheres negras, indígenas, *trans*, dentre outras; além de entender o sistema dicotômico de gênero enquanto imposição

colonial (LUGONES, 2014) – assim como a raça (QUIJANO, 2005). Nessa incapacidade de uma oposição fixa entre polos distintos em explicar o que foge da norma estão situadas as crianças, as quais negociam os padrões de gênero a todo instante, ora reforçando-os e ora questionando-os. Assim, evidencio esse processo de negociação presente nas relações das crianças do habitacional com seus pares e chamo a atenção, por último, para a relação delas com os movimentos feminista e de agroecologia presentes no dia a dia do conjunto habitacional.

Como **considerações finais**, argumento acerca da existência de conceitos diferentes de infância na Palha do Arroz para os adultos e para as próprias crianças, os primeiros compreendendo este período em uma faixa etária mais ampla e que coincide com a divisão etária do sistema educacional brasileiro, não atentando para o caráter ativo de suas ações e situando-as em um local de tutela. Para as crianças do habitacional, o conceito de infância é mais fluido, já que consideram que crianças são os *outros*, são os bebês, são os *menores*; ao mesmo tempo em que caracterizam as brincadeiras como o que as diferencia dos adultos, que são aqueles que trabalham e, portanto, não brincam. Para a construção dessas infâncias, as relações estabelecidas pelas crianças com seus pares durante as brincadeiras na rua são de fundamental importância, assim como o espaço físico em si no qual essas brincadeiras acontecem. As brincadeiras de amarelinha, as pixações², os galhos das árvores, o concreto, as músicas tocadas na rua: todos são elementos que moldam a vivência social e a formação física e biológica dessas crianças. Assim como, as negociações dos padrões de gênero que são constantemente feitas por elas e que marcam as brincadeiras, os xingamentos e as brigas entre as crianças.

²Termo este utilizado pelas próprias crianças.

2 A PALHA DO ARROZ E SEUS DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

2.1 O CONJUNTO HABITACIONAL H01

Entregue aos moradores em 2011, o Conjunto Habitacional (CH) H01 – Palha do Arroz é um dos habitacionais construídos pelo Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) (PROMETRÓPOLE) nas cidades de Recife e Olinda. O programa, desenvolvido pelo Governo do Estado de Pernambuco por meio da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) e da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), em parceria com as Prefeituras de ambas as cidades inseridas na proposta, objetivava melhorar as condições de habitabilidade de comunidades às margens da Bacia do Rio Beberibe – o qual corta as cidades de Camaragibe, Olinda e Recife – através da implantação de ações de infraestrutura e da melhoria na prestação de serviços públicos a essas comunidades (CONDEPE/FIDEM, [entre 2003 e 2008]).

À época, a região escolhida para realização das obras do PROMETRÓPOLE compreendia uma população de quase 600 mil pessoas distribuídas em uma área de 81,37km², o que significa uma alta densidade demográfica apesar dos baixos índices de atendimento em infraestrutura. Além disso, a Bacia do Rio Beberibe ainda se “destacava” por ter a maior concentração de áreas de baixa renda dentro da RMR, apresentando péssimas condições de vida para os moradores de seu entorno que, muitas vezes, não tinham acesso a saneamento básico e moravam em área de risco para alagamentos (PERNAMBUCO, 2008). Mais de dez anos depois, a oferta de infraestrutura ao local continua insuficiente e nem todas as comunidades existentes às margens do rio foram atendidas pelas obras governamentais, sejam elas do PROMETRÓPOLE ou de outros programas vigentes, o que não é difícil de avistar ao longo da Avenida Professor José dos Anjos que leva até a Palha do Arroz. Segundo o mapeamento de Manuela Nascimento (2018), em dezembro de 2017, alguns dos conjuntos habitacionais que deveriam ser entregues pelo Governo ainda estavam com as obras em andamento lento ou até mesmo paralisadas, fazendo com que centenas de famílias continuassem expostas a condições de habitabilidade precárias.

A ocupação da Zona Norte do Recife, especificamente na área onde se localiza parte da Bacia do Rio Beberibe, foi resultado de um crescimento populacional desordenado nos últimos 60 anos, que causou assoreamento e estreitamento do rio, além da contaminação de

suas águas (PERNAMBUCO, 2008). A partir dessas informações e da conhecida precariedade infraestrutural do local, podemos dizer que o Poder Público foi incapaz de acompanhar adequadamente esse crescimento e de prover condições de vida dignas para a população. Essa incapacidade, no entanto, não estava associada com o desconhecimento por parte do Governo de Pernambuco, visto que dados da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) mostram que a situação qualitativa do Rio Beberibe é acompanhada de perto desde 2001³ e que, desde então, o curso de água continua bastante poluído, sendo recomendado o controle das fontes poluidoras, dentre as quais estão os rejeitos domésticos (CPRH, 2018). Assim, a ocupação das margens do Rio Beberibe sem a provisão da infraestrutura necessária foi, e continua sendo, prejudicial tanto para o meio ambiente quanto para a população local.

Geograficamente, o Conjunto Habitacional Palha do Arroz está situado na cidade do Recife, no bairro de Campo Grande, estando próximo de outros habitacionais do PROMETRÓPOLE, como o CH Saramandaia e o CH Capilé, e fazendo fronteira com o bairro de Peixinhos, o qual se divide entre Recife e Olinda. Essa proximidade facilita o deslocamento a pé dos moradores e a constante troca entre os conjuntos habitacionais, no entanto, essa forma de locomoção também é consequência de um sistema viário ruim (PERNAMBUCO, 2008), que apresenta escassez de transportes coletivos com itinerários que atendam às necessidades dos moradores da região, não havendo, por exemplo, linhas de ônibus ao longo da Avenida Professor José dos Anjos, a qual dá acesso à Saramandaia e à Palha do Arroz. Assim, apesar das obras do PROMETRÓPOLE, o acesso e a locomoção diária dos moradores continuam dificultados.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro de Campo Grande é constituído, em sua maioria por uma população que se identifica enquanto negra ou parda e 54% dos seus domicílios são gerenciados por mulheres (IBGE, 2010), uma tendência que se observa também no conjunto habitacional estudado. Para lá – e para os habitacionais vizinhos –, foram realocadas as pessoas que anteriormente se distribuía entre as margens dos Canais do Arruda e do Jacarezinho, a Rua da Regeneração e a Avenida Professor José dos Anjos (NASCIMENTO, 2018).

Por meio dos dados do IBGE (2010) e também do que foi observado em campo, as categorias gênero e raça marcam as experiências e relações tanto dos adultos quanto das crianças que moram na Palha do Arroz. Aqui, entende-se raça enquanto construção decorrente

³Cf. Relatórios das Bacias Hidrográficas de Pernambuco. Disponível em <http://www.cprh.pe.gov.br/Controle_Ambiental/monitoramento/qualidade_da_agua/bacias_hidrograficas/relato_rio_bacias_hidrograficas/41786%3B63044%3B4803010202%3B0%3B0.asp>. Acesso em: 09 nov. 2020.

da dominação colonial branca sobre negros e indígenas e que ainda segue presente nas mais importantes dimensões do poder mundial (QUIJANO, 2005). O gênero também foi encarado enquanto conceito colonial, sendo uma imposição que acabou por introduzir um sistema de gênero completamente novo aos povos colonizados e que os dividiu e desumanizou em uma matriz dicotômica com base no dimorfismo sexual (LUGONES, 2007; 2014). Ambas as categorias se cruzam nas relações e no contexto social, histórico e político da Palha do Arroz, de forma a tornar impossível a tentativa de compreender o conjunto habitacional sem atentar-se para elas.

As obras para construção da Palha do Arroz foram iniciadas em 2009, sendo as casas originalmente compostas por dois andares com sala, cozinha, dois quartos, um banheiro e espaço de convivência interno compartilhado por duas residências, totalizando uma área de 42 a 48 m². Ao todo, as 227 unidades habitacionais foram entregues, com atraso, no segundo semestre de 2011. No entanto, apesar da intenção de melhorar a qualidade de vida dos moradores, o projeto governamental deixou a desejar, entregando algumas casas incompletas e ainda com problemas infraestruturais – o que parece ser uma prática corriqueira, haja vista a semelhança de relatos com a de outros habitacionais (NASCIMENTO, 2018; OLIVEIRA, 2017).

Segundo entrevistas realizadas por Nascimento (2018), os habitantes do local relataram que, apesar dos benefícios, sua qualidade de vida continuou ruim, alguns chegando a dizer que mudou para pior. Os relatos vão da impossibilidade de manutenção do trabalho na nova localidade aos problemas com saneamento básico, que também foram relatados para mim durante o período em campo. Juntamente, observei reclamações acerca do tamanho das casas, das contas de luz e de água muito caras, da fofoca dos vizinhos, da falta de um local de lazer e do abastecimento adequado de água, da ausência de nome e do Código de Endereçamento Postal (CEP) nas ruas. A ineficiência do projeto em alcançar seu principal objetivo expõe o caráter higienista muitas vezes presente no processo de construção das habitações de interesse social – os conjuntos habitacionais – para pessoas que vivem em situações precárias, haja vista que esses locais sofrem forte estigmatização, principalmente por parte das classes média e alta, como foco de doenças e problemas sociais (AZEVEDO, 1988; OLIVEIRA, 2017; NASCIMENTO, 2018). Apesar do discurso, a intenção em realocar os moradores parece servir mais para benefício das próprias classes dominantes, já que o resultado das obras oferece impacto discutível na vida das pessoas atingidas diretamente (AZEVEDO, 1988). Para Aliane Oliveira (2017), ao falar do CH Casarão do Cordeiro,

construído através de outro programa governamental pela Prefeitura do Recife e localizado entre os bairros do Zumbi e da Iputinga – Zona Oeste da cidade –, mas que se encaixa também no contexto da Palha do Arroz:

“a transferência das pessoas de suas comunidades para esse conjunto habitacional não é guiada por uma responsabilidade em se fazer valer o direito à moradia, mas principalmente pelo interesse do poder público de controlar os espaços através de sua adaptação a uma concepção formal de cidade, que nada mais é que uma releitura do ideal higienista do início do século XX, que continua a se reproduzir até hoje. Ou seja, a remoção dos moradores das suas comunidades de origem e seu reassentamento em conjuntos habitacionais obedece a interesses que, ao mesmo tempo, são econômicos e políticos; funcionam como um mecanismo de controle (...)” (p.96).

Figura 1. Localização geográfica do CH Palha do Arroz.



Fonte: Adaptação da autora a partir do Google Maps (2020)

Como já foi dito, muitas ocupações ao longo da bacia do Rio Beberibe não foram contempladas com as mudanças e novas ocupações também surgiram ao longo dos anos seguintes às obras. Ao lado da Palha do Arroz, onde deveriam ter sido construídas mais unidades habitacionais, se formou uma dessas ocupações (figura 1), a qual é chamada pelos moradores de “favela”⁴. Entrei poucas vezes no local, já que tanto crianças quanto adultos alertaram que minha presença ali poderia ser perigosa, mas são notáveis as diferenças das

⁴Utilizei entre aspas as expressões nativas da Palha do Arroz, sem fazer, portanto, nenhum juízo de valor sobre elas. As aspas, nesses casos, serviram para indicar citação.

casas da “favela” para as do habitacional em si: na primeira, é possível observar ruas apertadas e não calçadas, assim como uma estrutura mais precária das casas, sendo elas muitas vezes improvisadas e não de alvenaria. Apesar disso, as crianças das duas áreas estavam em constante relação e algumas crianças da “favela” também participaram da pesquisa. Havia, no entanto, uma dúvida acerca do pertencimento ou não do espaço ocupado à Palha do Arroz e, em alguns momentos, esse critério foi utilizado entre as crianças – e também pelos adultos – para se diferenciarem, sendo as crianças da ocupação consideradas “pobres” em relação às crianças do habitacional.

Além disso, a configuração espacial da Palha do Arroz e de seus arredores também contava com ruas não muito movimentadas; uma horta comunitária (apontada na figura 1 pela letra A); um espaço livre, onde deveria haver uma praça e/ou uma área verde (B); e uma estação de reciclagem (C) – a Cooperativa Ecovida Palha do Arroz.

Muitas de minhas conversas com os moradores do conjunto habitacional se baseavam nos problemas e na falta de infraestrutura que impossibilitavam uma vida tranquila no local. Muitas vezes, a infraestrutura pode passar despercebida ao se analisar ou vivenciar uma situação cotidiana, mas sua ausência, ao mesmo tempo, torna sua existência visível e, nesse caso, tão visível a ponto de ser um dos principais assuntos de conversa com os habitantes que, ao serem questionadas sobre o ambiente em que moram, logo falam sobre o que nele falta. Essa visibilidade apenas ao se tornar ausente é uma das características que, segundo Susan Star (1999), compõem a definição da categoria de infraestrutura. É fácil, por exemplo, não compreender a importância de um encanamento estar alinhado, nas alturas certas, etc. quando o abastecimento de água é feito normalmente, porém, ao cessar esse abastecimento, passamos então a pensar na quantidade, calibre e conformação dos canos que passam por baixo de um conjunto habitacional como a Palha do Arroz e levam a água até as torneiras de suas residências.

Quase dez anos depois da entrega das casas, o cenário no conjunto habitacional e dentro das casas mudou, seja pelo tempo ou, principalmente, pela falta de atenção às necessidades e interesses dos moradores por parte do Poder Público, ao construir um projeto dentro dos modelos das habitações de interesse social, que apresentam aspecto limpo e padronizado, mas que desconsideram as pessoas enquanto sujeitos com desejos e necessidades. As semelhanças da Palha do Arroz com o CH Casarão do Cordeiro também podem ser observadas nesse quesito e Oliveira (2017), em sua dissertação, utiliza Tim Ingold (2011) para refletir acerca dessas mudanças nas residências. Para Ingold (2011), os tijolos,

argamassas e tintas, utilizados nas construções, não são coisas, mas sim, materiais e o que as pessoas fazem com eles é tecer seus próprios caminhos, através de um fluxo que os trazem à vida.

Nesse processo de conferir vida ao conjunto habitacional, as casas que antes eram padronizadas, hoje exibem suas diferenças, algumas tendo sido transformadas em duas para abrigar mais de uma família, outras apresentando uma função dupla ao abrigar tanto a moradia quanto um pequeno comércio para auxiliar no sustento financeiro da família. Além disso, os moradores mudaram também as áreas de convivência compartilhadas no fundo das casas, expandiram as fachadas e reformaram o interior dos imóveis. Para além dessas mudanças individuais, modificou-se também o conjunto habitacional como um todo, o qual conta atualmente com a presença de uma igreja protestante que, geograficamente, está inserida na região da “favela”, mas que os moradores se referem como a igreja do local. A própria ocupação pode ser pensada, através das ideias de Ingold (2011), como uma forma das pessoas se utilizarem dos materiais que lá estavam e trazerem à vida um local com obras paralisadas e sem função social aparente.

Ademais, os moradores que inicialmente receberam as chaves das casas não são necessariamente os mesmos que se encontram lá no momento, já que ocorreu a venda, compra e aluguel de imóveis, além do compartilhamento dessas unidades habitacionais. Conforme Vera, moradora da Palha do Arroz desde seu início e uma das minhas principais interlocutoras no campo, me relatou, alguns dos moradores que venderam suas unidades habitacionais voltaram para as moradias em áreas de risco. O vizinho que compartilhava com ela a área de convivência aberta interna, por exemplo, não se adaptou à vida no conjunto habitacional, já que criava animais como porcos, galinhas e um cavalo e estes incomodavam os vizinhos. Maria Helena Maranhão (2011) também observou na Saramandaia e no Jacarezinho – conjuntos habitacionais próximos da Palha do Arroz – o desejo acerca da venda dos imóveis e da volta para o local de habitação anterior, visto por muitos como mais espaçoso para o desenvolvimento de suas atividades, sendo a mudança e o fluxo de pessoas relativamente comum nos contextos desses habitacionais. Essa mobilidade não acontece unicamente através das mudanças de moradia, mas também diariamente por meio do deslocamento a pé dos moradores entre os bairros e conjuntos habitacionais vizinhos. As relações por trás desses deslocamentos foram propiciadas pela separação de familiares, amigos e antigos vizinhos durante o processo de reassentamento.

A partir das ausências⁵ vividas na Palha do Arroz, falta de segurança, saneamento, lazer, etc., sendo estes causadores de certa vulnerabilidade social, organizações passaram a atuar na comunidade e a desenvolver ações, atividades e formações em conjunto com a população local. As parcerias, no entanto, são feitas em sua maioria com as mulheres, devido ao propósito e ao caráter feminista de alguns grupos, sendo elas também as que se apresentam mais interessadas em lidar com essas questões. As duas organizações com as quais tive maior contato e também as que se mostraram mais presentes foram a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) de Pernambuco e o Centro Sabiá, entretanto, existem ou já existiram parcerias também com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Prefeitura da Cidade do Recife por meio da Secretaria da Mulher e a Incubadora de Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Brevemente e com intuito de situar as organizações dentro de suas atuações, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental pernambucana, fundada em 1993 e que promove a agricultura familiar através dos princípios da agroecologia, envolvendo, nesse processo, adultos, crianças, homens e mulheres⁶. A atuação das outras organizações na Palha do Arroz se iniciou por meio do Centro Sabiá que, com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), em parceria com a FASE e a MMM, iniciou, em dezembro de 2016, o projeto para construção da Horta Comunitária das Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz.

Enquanto isso, a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento social feminista internacional, presente em mais de 20 estados brasileiros, dentre eles Pernambuco. Sua atuação se faz por meio de quatro campos distintos: 1) autonomia econômica das mulheres; 2) bens comuns e serviços públicos; 3) paz e desmilitarização; e 4) fim da violência contra as mulheres⁷. Dentro desse amplo campo, as integrantes da Marcha incentivam, na Palha do arroz, a organização da horta comunitária pelas mulheres do habitacional para que, assim, elas possam utilizar e comercializar seus próprios produtos e venham a se tornar economicamente independentes. Além disso, são realizadas também reuniões de planejamento; debates e discussões políticas com temas sugeridos pelas mulheres de ambos os lados; encontros para

⁵Ausência aqui entendida não apenas como um mero vazio, já que essas ausências implicam também na presença de algo, mesmo que esse algo seja pensado a partir de sua não existência. Através das ausências, os moradores da Palha do Arroz criam também uma identidade, a qual está diretamente ligada aos problemas estruturais e infraestruturais do conjunto habitacional, e constroem as relações com as organizações e movimentos atuantes no local.

⁶Cf. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁷Cf. Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

promover o autocuidado e o acolhimento coletivo; e eventos com bazar, música e feijoada em datas temáticas para arrecadar fundos para manutenção da horta.

Essas duas organizações – o Centro Sabiá e a Marcha –, além de apoiarem a realização da horta, também estão juntas com as mulheres na cobrança pela melhoria nos serviços de infraestrutura precariamente prestados. É importante frisar que no segundo semestre de 2020, momento de escrita deste texto, o abastecimento de água tinha sido regularizado, assim como a situação dos nomes das ruas, juntamente com seus CEPs, os quais estão devidamente registrados. Uma dessas ruas, inclusive, pode ser identificada através da plataforma do *Google Maps*, o que era também uma aspiração dos moradores e se torna uma forma de reconhecimento do conjunto habitacional.

A divulgação das ações resultantes do envolvimento entre organizações e moradoras no CH Palha do Arroz é realizada, através de vídeos e reportagens em portais de notícias considerados de esquerda, os quais chamam a atenção principalmente para o caráter de resistência das práticas e vivências de quem habita no local, sobretudo as mulheres. É possível notar em suas falas a compreensão acerca da importância da luta coletiva e feminista, aliada às pautas da agroecologia, porém pude perceber também em campo uma relação ambígua com essas e outras questões, o que se torna essencial de se problematizar dentro e fora do ambiente da militância política – na qual também me incluo. Ao mesmo tempo em que as mulheres discursavam sobre os benefícios da horta comunitária e da entrada do feminismo em suas vidas, elas também reclamavam da falta de pensamento coletivo para gerir a horta e das fofocas, além de por vezes parecerem indiferentes. Concomitantemente, os motivos que fizeram essas mulheres se reconhecerem enquanto guerreiras não devem ser exaltados, apesar de sua postura diante dos obstáculos da vida ser admirável. Não quero com isso dizer que as contradições em si sejam um problema, apenas que é preciso atentar-se na possível construção de um discurso político de esquerda que idealiza e almeja tutelar pessoas em situações de vulnerabilidade social e que, com isso, podem não transmitir a profundidade das situações. Assim, é fundamental refletir criticamente acerca das relações de poder que podem estar envolvidas em relações como a das mulheres do habitacional com as das organizações e movimentos sociais, assim como o fez Alinne Bonetti (2009).

Como intervenções dos grupos que lá atuam, são realizados eventos, bazares e debates abertos também ao público geral. Enquanto estive lá, aconteceram três desses eventos: um realizado pela FASE e dois realizados através da parceria da Marcha com o Centro Sabiá; os quais tiveram, em sua maioria, uma presença feminina e de crianças. O tema principal dos

eventos, no entanto, não era desenvolvido com as crianças, as quais geralmente participavam de atividades separadas e que não se encaixavam com o objetivo geral. Minha ajuda e participação nos eventos da Marcha eram incentivadas por elas, principalmente, por causa de minha ligação com o movimento feminista de luta pelos direitos das crianças, assim elas me chamavam para construir essas atividades, mas sempre ficávamos mais distantes e isoladas. Havia uma separação invisível de qual era o espaço das crianças e o dos adultos (p. 88). Ressalto que no evento que ocorreu em 2017, no qual estive presente antes de iniciar o mestrado, não houve momento específico voltado para participação das crianças.

Figura 2. *Espaço cimentado.*



Fonte: Soares (2019)

Além dessa inexistência de uma área destinada e pensada unicamente para as crianças durante os eventos, geograficamente, também não existia um lugar exato, brinquedos ou uma praça no habitacional, onde as crianças pudessem brincar. Diferentemente de lá, esses espaços foram construídos na Saramandaia e no Jacarezinho como proposto nos projetos. Na Palha do Arroz, estavam presentes apenas as ruas, as casas, a horta e o que chamo de *espaço cimentado* (figura 2), local ao lado da horta comunitária, onde existem apenas duas árvores e um espaço aberto coberto por concreto. Os moradores costumavam reclamar do espaço, já que nele deveria ter sido construída uma praça e estavam sempre a pensar novas possibilidades de uso,

pois o local não costumava ter uma utilidade específica, servindo para “nada” e, muitas vezes, sendo utilizado para depositar lixo seco como, por exemplo, madeiras, restos de móveis, galhos, etc. Em 2020, o Centro Sabiá e a MMM, juntamente com as mulheres do habitacional, estavam discutindo sobre concretizar alguma possível ideia para o espaço, mas até o final da escrita deste texto nenhuma decisão tinha sido tomada.

2.2 A CHEGADA À PALHA DO ARROZ

Os primeiros contatos que tive com o campo, enquanto estudante de mestrado, foram iniciados em novembro de 2018, no entanto, antes já tinha participado de um bazar realizado pela Marcha Mundial das Mulheres e pelo Centro Sabiá no local, ao final do ano de 2017. Fui ao evento a convite de uma amiga e companheira da associação feminista que colaboro – a Por Vós –, e que tinha participado de uma ação voltada para a fotografia, promovida pelo Centro Sabiá, no conjunto habitacional e na cooperativa de reciclagem. Diante de sua narrativa inicial de uma comunidade liderada por mulheres que se organizavam em torno de uma horta comunitária, com princípios agroecológicos e feministas, surgiu o interesse em conhecer tanto o local quanto as crianças que lá moravam. Esse interesse esteve relacionado, primeiramente, com uma possibilidade de atuação da Por Vós na Palha do Arroz, já que o público-alvo da organização são crianças e adolescentes; e somente em seguida, devido à necessidade de desenvolvimento de um projeto de pesquisa para a seleção do mestrado, esse interesse se transformou em um desejo acadêmico.

No bazar de 2017 (figura 3), fui apresentada brevemente a algumas companheiras da Marcha Mundial das Mulheres e também a algumas moradoras da Palha do Arroz, porém, na época, foram apenas contatos pontuais. As atividades desenvolvidas no dia foram a confecção de latas para a batucada da Marcha, presente também nos outros eventos realizados por elas, as vendas de roupas e de feijoada e rodas de conversa sobre o feminismo e as ações que vinham sendo desenvolvidas no CH. As mulheres do conjunto habitacional, empolgadas, se envolveram bastante na discussão e falaram da importância da horta e da atuação de grupos, como a Marcha e o Sabiá, no seu dia-a-dia, além de se autodeclararem feministas e afirmarem a relevância da relação com o movimento para mudança de atitudes em suas vidas e para o processo de entrar em contato com outras mulheres com diferentes vivências, o que, segundo elas, seria impossível de outra forma. Além das mulheres e organizações, também havia presença de crianças e de homens e mulheres não moradoras do habitacional, sendo este um dos eventos mais cheios que pude observar lá.

Figura 3. Bazar Feminista da MMM na Palha do Arroz em 2017.



Fonte: Soares (2017)

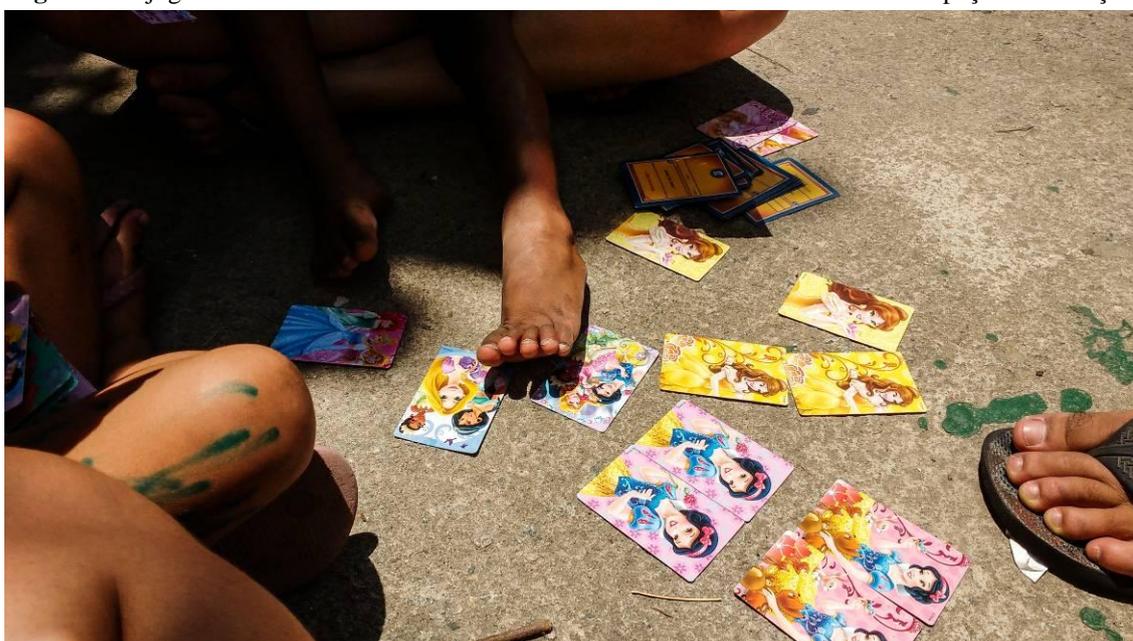
Durante o evento, passei boa parte do tempo brincando com as crianças e, rapidamente, elas mostraram interesse por mim e, sobretudo, pela câmera que levei com o intuito de realizar uma crônica fotográfica do dia. Apesar de também estarem presentes meninos, foram as meninas que mais interagiram nesse momento, as quais levaram seus brinquedos (figura 4) e ficaram conversando comigo. Nesse dia, tive mais contato com duas meninas em específico, foram elas Letícia e Carolina, ambas de 5 anos, e que, em minha volta à Palha do Arroz em 2018, também se mostraram bastante ativas nas brincadeiras e na participação nas atividades que eu propunha.

Apesar da presença de crianças neste primeiro evento, como falado anteriormente, não haviam atividades voltadas para esse público e a presença delas parecia passar despercebida. Não defendo aqui uma distinção obrigatória entre atividades voltadas para crianças daquelas realizadas pelos adultos, no entanto, foi possível perceber nesse, e em outros momentos, que as ações das crianças, quando demandavam um pouco mais de barulho ou atenção, acabavam por “atrapalhar” e se tornavam, de certa forma, incômodas para a realização das rodas de diálogo e do planejamento do evento. O silêncio das crianças era, portanto, importante mais para os adultos do que para elas mesmas, sendo este um ótimo exemplo de como a sociedade ocidental se organiza de forma a centralizar-se nos adultos e em suas necessidades.

Aqui, esse centramento é chamado de adultocentrismo e se faz presente, principalmente, no pensamento de que a infância é uma fase de passagem no processo de

tornar-se adulto e, apenas depois dessa transformação, é que a criança é vista como detentora de direitos e desejos. A partir dessa ideia, não é difícil desenvolver relações nas quais as crianças estejam subordinadas às vontades e aos interesses dos adultos, além da construção de conhecimentos centralizados no ponto de vista destes últimos, o que, através da Antropologia da Criança e da Sociologia da Infância (COHN, 2010; JAMES; JAMES 2004; PINTO, 1997; PROUT; JAMES, 2005; SARMENTO; PINTO, 1997), vem sendo superado nas últimas décadas, de forma a recolocar as crianças à frente do debate sobre elas próprias.

Figura 4. O jogo da memória de Letícia e Carolina no Bazar Feminista de 2017: um espaço das crianças.



Fonte: Soares (2017)

A expressão adultocêntrico, enquanto análogo ao termo etnocentrismo (GOBBI, 1997), bastante utilizado dentro da Antropologia, mostra a prevalência dos valores de um grupo, nesse caso o dos adultos, em relação aos outros grupos existentes, de modo que tudo passa a ser visto e comparado a partir da ótica do grupo que está no centro. Na narrativa do pedido de silêncio das crianças durante as atividades desenvolvidas no Bazar Feminista de 2017, vemos a hegemonia dos valores das mulheres adultas e da maior importância dada às suas próprias atividades, apesar de as crianças se fazerem presentes e passarem por processos sociais de silenciamento parecidos com os sofridos pelas mulheres (ALANEN, 1988; HELLEINER *et al.*, 2001; THORNE, 1987) – e aqui também inconscientemente reproduzidos. Adiante, essas questões serão mais bem discutidas na seção 3 desta dissertação.

Após o bazar, continuei em contato com a Marcha Mundial das Mulheres, no entanto, para assuntos pontuais relacionados à Por Vós em outros campos de atuação. Assim que pude iniciar o trabalho de campo em 2018, retomei esse contato com as companheiras da MMM e me apresentei também enquanto pesquisadora, interessada em conhecer e pesquisar com as crianças da Palha do Arroz, enfatizando que este intuito era algo particular meu e não do grupo como um todo, apesar da disposição da associação em fazer parcerias futuras no local. Uma das integrantes da Marcha então me levou, no feriado de 15 de novembro, para conhecer as mulheres com as quais ela mantinha contato no conjunto habitacional e fui apresentada a Vera e a Nalva. Ambas mulheres adultas com filhos e netos, moradoras do CH desde sua construção, participantes da Horta Comunitária das Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz, ativas nas tentativas de resolução dos problemas infraestruturais do habitacional frente ao Poder Público, presentes nos eventos da MMM dentro e fora da Palha do Arroz e, no caso de Nalva, ex-integrante também da Cooperativa Ecovida Palha do Arroz.

Quando chegamos ao conjunto habitacional, além de Vera e Nalva, também estavam presentes uma das filhas de Nalva com uma amiga, ambas jovens e com crianças de colo. Fizemos, então, uma pequena reunião intercalada por conversas do dia-a-dia e, assim, expliquei meu interesse pelo local – o qual se deu ao conhecer a Palha do Arroz através da narrativa divulgada no cenário progressista recifense sobre as experiências e resistências das mulheres que lá moram –, explanei também acerca do meu objetivo durante a pesquisa e pedi ajuda e permissão para que isso pudesse ser feito. Prontamente, as três mulheres concordaram em me ajudar, principalmente quando falei das minhas intenções em trabalhar o desenho e a fotografia durante o desenvolvimento do projeto, o que elas entendiam como importante para entreter as crianças e para que elas passassem menos tempo na rua “fazendo nada”. Ficar na rua, apesar de bastante comum para as crianças e adolescentes do local, podia ser visto – pelos adultos – também como possibilidade de se envolver com problemas e com a violência comum no contexto do bairro. Assim, minha presença no conjunto habitacional foi visto como benéfico pelos moradores, desde o princípio, no sentido de oferecer uma alternativa de atividade para as crianças e também como forma de trazer mais visibilidade ao local que, na época, ainda enfrentava a falta de água e de nome nas ruas. Para as moradoras, quanto mais visibilidade e mais organizações e movimentos atuando no conjunto habitacional, melhor para que elas conseguissem fazer com que suas reivindicações fossem ouvidas.

Nessa conversa inicial, informei que precisaria de autorização das mães, dos pais e/ou dos responsáveis pelas crianças para que eu pudesse iniciar a pesquisa e Vera me deu a dica

de fazermos uma reunião de apresentação, assim como estávamos fazendo ali sentadas nas sombras da horta. De imediato, ela também se ofereceu para fazer uma visita na casa de cada morador, o que chamou de “porta a porta”, para convocá-los para a reunião que aconteceria em um futuro próximo e eu concordei. Nesse momento, a filha de Nalva também se dispôs a me ajudar – com o pedido da integrante da MMM –, enquanto Nalva ficou um pouco mais distante, apesar de estar de acordo e aprovar a pesquisa. No desenvolvimento do trabalho, no entanto, o contato com Nalva foi fortalecido e sua presença se tornou essencial, junto com Vera, para construção das minhas relações na Palha do Arroz, ao mesmo tempo em que meu relacionamento com sua filha não prosperou, por motivos que vão além do que se pretendeu abarcar na pesquisa.

Nas semanas seguintes a esse primeiro contato, foram necessários alguns telefonemas e algumas idas e vindas à Palha do Arroz para que a empolgação inicial, ao menos na relação com Vera, fosse retomada. Por um momento, imaginei que não seria possível o desenvolvimento da pesquisa no local, no entanto, essa perspectiva começou a mudar quando, certa vez – já em 2019 –, liguei para Vera e sua filha Janaína atendeu, explicando que sua mãe não estava em casa, mas que eu poderia ir ao habitacional na semana seguinte que ela estaria livre para conversar comigo. Quando cheguei, Vera estava em Chão de Estrelas, uma comunidade próxima à Palha do Arroz, mas fui muito bem recebida por suas filhas que me convidaram para entrar na casa e esperar um pouco enquanto tentavam entrar em contato com ela. A partir desse momento, Vera e suas filhas Janaína e Lili se tornaram as minhas maiores interlocutoras no processo de trabalho de campo, me acolhendo em sua casa, conversando e me explicando sobre o conjunto habitacional.

Enquanto esperava pela chegada de Vera, fiquei conversando com Janaína, a qual demonstrou grande interesse em entender a pesquisa e também por conhecer um pouco mais acerca de mim, do mestrado e da antropologia, sendo a maior incentivadora da minha atuação dentro da Palha do Arroz. A atitude de Janaína – depois repetida por outras pessoas – pode ser pensada a partir de Erving Goffman (1956) quando o autor expressa que quando um indivíduo adentra a presença de outros, é comum que esses outros busquem o máximo de informações possíveis sobre ele, como seu *status* socioeconômico, sua competência, sua lealdade, entre outras. Alguns minutos de conversa depois, Vera retornou ofegante, já que tinha ido e voltado de Chão de Estrelas andando, uma forma de locomoção que não é incomum de ser feita pelos moradores do conjunto habitacional, devido à presença de um péssimo sistema viário que não abrange os conjuntos habitacionais e comunidades ao longo da Avenida Professor José dos

Anjos, onde ambos os lugares estão situados. Diferentemente do dia em que nos encontramos pela primeira vez, Vera falou que uma reunião não funcionaria com as mães, os pais e/ou os responsáveis pelas crianças, pois eles não iriam. A dificuldade em conseguir a presença deles e de outros moradores em um encontro como esse já tinha acontecido, visto que, segundo ela, reuniões tinham sido marcadas para discutirem assuntos relevantes para o habitacional e poucas pessoas compareceram. Assim, Vera me sugeriu que aproveitássemos que ela precisava conseguir assinaturas para um abaixo-assinado direcionado à COMPESA para que fossemos juntas na casa de cada morador para conversarmos individualmente.

Nesse processo, visitamos dezenas de casas do conjunto habitacional e, tendo Vera como guia, consegui falar com os responsáveis de quase 50 crianças para que, assim, elas pudessem participar da pesquisa. Para eles, expliquei o mesmo que tinha explicado para Vera, Nalva e sua filha ao final do ano anterior e, da mesma forma, os interesses se voltaram, principalmente, para os trabalhos com fotografia e desenho, os quais também eram vistos como forma das crianças aprenderem coisas novas e ocuparem o tempo ao invés de ficarem sozinhas na rua. Houve também preocupações acerca do local e dos dias em que as atividades seriam feitas, porém, ao certificá-los de que tudo seria feito no conjunto habitacional, no espaço livre perto da horta e nos horários que eles preferissem, consegui obter mais confiança. Assim, fui de casa em casa conversando e anotando no diário de campo os nomes dos responsáveis e de cada criança que tinha sido permitida a participação para que, posteriormente, pudesse consultar e ir conhecendo melhor cada uma.

Durante esse momento inicial de visitas, as crianças já se fizeram presentes e ativas, me olhando, ouvindo e participando das conversas, seja para autorizar sua própria participação, seja para negá-la mesmo que a mãe tivesse autorizado. O comportamento das crianças, desde os primeiros momentos, reafirmou o argumento da Antropologia da Criança de que as crianças são sujeitos de direito e atores sociais ativos, as considerando neste caso, capazes de tomar as decisões quanto a sua participação ou não na pesquisa e também de entender, da sua forma, o que lhe for explicado. Ao final das visitas feitas nesse dia, por exemplo, João (5 anos) – que tinha me acompanhado com olhares e trocas de sorrisos – veio me perguntar: “Tia, você vai abrir uma escolinha?”. A pergunta de João demonstrou seu entendimento e interesse na movimentação diferente que ocorreu durante aquela manhã e a resposta elaborada por ele para minha presença ali foi a curiosidade, procurando compreender o que estava acontecendo para, em seguida, consentir sua participação na pesquisa,

aguardando, desde cedo, o início dos encontros nos dias programados e estando presente em boa parte desses momentos.

Apesar da maioria das crianças estudarem durante o turno da manhã, a preferência dos pais, mães e responsáveis era de que eu fosse ao habitacional durante os finais de semana, mais especificamente aos sábados à tarde porque, segundo eles, seria o melhor horário para mim, já que eu encontraria mais crianças disponíveis, sendo este então o momento escolhido primordialmente. Com o decorrer da pesquisa e com o fortalecimento das minhas relações com os moradores, além da volta das visitas regulares da Marcha e do Centro Sabiá ao local, as quais por vezes eu acompanhava, passei a ir também durante outros dias da semana e a encontrar uma Palha do Arroz, geralmente, com menos crianças nas ruas. Durante os encontros, devido provavelmente a fatores como a falta de um lugar fixo e fechado e a não obrigatoriedade da presença das crianças, ao contrário de um ambiente mais controlado, como uma escola, muitas das crianças com as quais conversei com os pais não chegaram a estarem presentes nas atividades propostas por mim. Algumas delas, no entanto, as quais eu não tinha obtido autorização inicialmente, apareceram no meio do processo e só cheguei a conhecer seus responsáveis depois. Inclusive, a preocupação expressa por alguns deles em nosso primeiro encontro acerca do local de desenvolvimento da pesquisa continuou, porém foi diminuindo com o passar do tempo. No início, era mais comum que eu precisasse pedir a permissão de algumas mães para brincar com as crianças fora do seu campo de visão e que eu as levasse de volta para casa no final (o que as crianças gostavam, pois queriam que eu conhecesse o local onde moravam). Ao mesmo tempo, algumas mães deixavam as crianças mais livres, tornando o pedido desnecessário.

Além disso, é importante ressaltar que como não havia uma faixa etária pré-estabelecida no escopo da pesquisa, já que o intuito do trabalho era justamente buscar compreender as particularidades acerca da noção de infância da Palha do Arroz, ficou a critério de cada adulto consultado me dizer quantas crianças tinham em sua residência e quais suas respectivas idades. Durante as conversas feitas na ocasião das visitas, os adultos geralmente me perguntavam a idade das crianças que eu estava procurando, no entanto, enfatizei que o intervalo de idades ainda estava em construção para, assim, ouvir suas respostas. Não houve um consenso nítido acerca do que seria ou não considerado criança, no entanto, obtive respostas que variavam do 1º ano até os 14 anos de idade, o que coincide com a idade utilizada para marcar o final do Ensino Fundamental no sistema educacional brasileiro.

No sábado seguinte à visita porta a porta, tive meu primeiro encontro com as crianças, as quais, para minha surpresa, já estavam à espera da minha chegada: “tá vindo? eu disse que ela viria”, expressou uma delas e saiu correndo para chamar outras. Entre 10 e 15 crianças se fizeram presentes nesse dia e nos sentamos em círculo no *espaço cimentado* perto da horta para que eu pudesse conversar com elas sobre minha atuação ali. Apresentei-me enquanto estudante que estava interessada em conhecer e pesquisar as crianças da Palha do Arroz – o que foi seguido por comentários de que o local era muito ruim, assim como os adultos costumavam fazer quando falavam sobre o conjunto habitacional e suas problemáticas. Enfatizei que não era obrigatória a participação de nenhuma das crianças e que elas poderiam sair quando quisessem, no entanto, elas estavam animadas para verem o que eu tinha preparado ou simplesmente para brincar comigo. Esta mesma apresentação continuou a ser feita em algumas outras visitas, mas as crianças não pareciam mais se importar com ela, então comecei a refletir que a própria presença ou não delas nas atividades comigo era por si só a negação ou a aprovação de suas participações, o que explano melhor mais adiante.

Minha presença na Palha do Arroz, principalmente no início, costumava ser confundida com 1) a presença da Marcha Mundial das Mulheres, pelas moradoras do conjunto habitacional; 2) a Por Vós, o mais comum e duradouro engano por parte da Marcha e não das moradoras; ou 3) uma professora, o que acontecia tanto com alguns pais e mães quanto com as próprias crianças. No geral, para os pais, eu possuía a responsabilidade de cuidar de suas filhas e filhos – alguns às vezes até iam conferir o que estava acontecendo perto da horta – e eu, enquanto antropóloga e interessada no que as crianças tinham a me mostrar, fluía entre posições de mais responsabilidade ou de mais permissividade de acordo com meus interesses, ao mesmo tempo estabelecendo limites e ultrapassando-os.

Aqui, compreendo que a forma como se deu minha entrada no campo foi fundamental para entender quais relações estabeleci com os moradores e como essas relações se desenvolveram. É necessário refletir como um acesso através de determinada organização, neste caso a Marcha Mundial das Mulheres, afetou minhas relações com os sujeitos (CICOUREL, 1980) e atribuo as poucas interações de homens comigo ao meu envolvimento com um movimento feminista focado em se articular, sobretudo, com as mulheres locais e não com eles, sendo também as mulheres aquelas que mais estavam disponíveis (apesar de também terem suas jornadas de trabalho) e envolvidas com a horta comunitária e com as tentativas de resolução dos problemas infraestruturais da Palha do Arroz juntamente com as organizações e movimentos sociais. As relações estabelecidas em campo, principalmente –

mas não só – com os homens adultos moradores do conjunto habitacional, refletiram ainda meu envolvimento direto e constante com as crianças, pois era notável que alguns deles não me levavam a sério e, por vezes, minha presença parecia ignorada. As citadas reações à minha entrada em campo podem ser refletidas a partir da proximidade entre mulheres e crianças na dicotomia público *versus* privado que situa ambas as categorias no domínio privado, local distinto de onde situam-se os homens, demonstrando a articulação da hierarquia do adulto sobre a criança com outras opressões como a de gênero (HELLEINER, 1999; THORNE, 1987). Assim, eu enquanto pesquisadora mulher que pesquisava e brincava com as crianças, diante dos olhares adultos e masculinos, estava passível de ser colocada em uma posição socialmente inferior.

Sumarizando os últimos parágrafos, assumi diferentes posições para cada grupo presente na Palha do Arroz, à medida que cada um deles se relacionava de forma diversa comigo. De professora a tia, da que cuida para a que brinca junto: é necessário me situar enquanto mulher feminista, com tatuagens, cabelo colorido e atitudes por vezes infantis, o que – como já dito – em uma hierarquia adulto/criança assume uma posição subalterna. Assim, para os moradores adultos da Palha do Arroz, eu era a professora que ensinava coisas às crianças; a que brincava com elas enquanto eles podiam ficar livres; a que se responsabilizava e cuidava; a integrante da MMM. Para Vera, Janaína e Lili, além de pesquisadora, me tornei também amiga após um tempo. Para a Marcha Mundial das Mulheres e o Centro Sabiá, eu era a estudante de mestrado e militante da Por Vós que estava lá para apoiar as ações e organizações de eventos no que se refere às crianças, não apenas estudá-las. Para as crianças, eu era a professora que tinha algo a ensinar, principalmente no início; a tia que brincava com elas; a adulta e grande que não conseguia correr tanto quanto elas; a não tão adulta e pequena que poderia caber em espaços minúsculos assim como elas; a que é responsável e toma conta das brigas; a que participava das brigas e não era capaz de resolvê-las, sendo necessário apelar para seus pais que estavam em casa. Para mim, eu era a pesquisadora, a adulta, a militante e, talvez, todas as outras possibilidades também.

2.3 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E OUTRAS TÉCNICAS METODOLÓGICAS

O trabalho de campo aqui empreendido foi iniciado em novembro de 2018 e se manteve até julho de 2019, no entanto, houve nesse intervalo de quase um ano, meses com muitos contatos e meses com contatos mais espaçados. As visitas aconteceram,

principalmente, aos sábados, mas não se limitaram aos finais de semana. Não houve uma faixa etária definida desde o início da pesquisa, assim como não houve também uma quantidade exata de crianças para participarem, porém mais de 35 delas, dos 2 aos 11 anos de idade, estiveram presentes e conversaram comigo, sendo a maior assiduidade vista entre as que possuíam entre 4 e 6 anos. Nos dias de realização de eventos no conjunto habitacional, havia uma maior concentração de crianças dispostas a brincarem comigo do que nos dias em que eu estava sozinha, porém a média de presença por encontro girava em torno de 10 crianças.

O local para os encontros geralmente era o espaço livre perto da horta comunitária, o que chamo de *espaço cimentado*, e que era visto apenas como um local coberto de cimento para os moradores, o qual deveria ser utilizado de alguma outra maneira, em benefício da população. Além disso, também participei de brincadeiras e conversas nas ruas do conjunto habitacional, frequentei bastante a casa de Vera e fiz algumas visitas às casas das crianças, visitas essas que geralmente eram curtas, já que os pais não pareciam aprovar minha permanência ali, parecendo, por ora, envergonhados. Essas visitas aconteciam nos momentos em que eu ia chamar as crianças em casa e as esperava se arrumarem para brincarem comigo, o que era comum no início, ou quando as levava de volta, ocasião em que as crianças se aproveitavam de qualquer desculpa para me fazer ficar por mais tempo.

Os dados da pesquisa foram obtidos, primordialmente, através da observação participante entre as crianças durante seus momentos de lazer, suas brincadeiras, conversas ou outras atividades que estivessem fazendo. Aqui, a tentativa não foi de traduzir uma cultura nos termos de outra, ou seja, traduzir uma cultura infantil, conceito defendido por autores como William Corsaro (1993; 2003), Manuel Sarmiento e Manuel Pinto (1997), em termos de uma cultura de adultos. Na verdade, para a antropóloga, foi preciso aprender com as crianças, da mesma forma que elas o fazem à medida que crescem, a se tornar membra de seu grupo, através de um processo de aprendizagem para *prestar atenção*⁸ no mundo de formas específicas. Esse processo, descrito por Tim Ingold (1993), se dá por meio da relação com outros indivíduos desse mesmo grupo no contexto diário das ações práticas tomadas por eles. Deste modo, minha intenção durante a observação participante não foi a de entender a cultura das crianças da Palha do Arroz e, muito menos, a de traduzi-la de forma compreensível para os adultos, e sim, a de *prestar atenção* a como essas crianças se relacionavam com seus pares, com os adultos e com o ambiente compartilhado entre eles e, assim, aprender com elas.

⁸ A expressão “*learning to attend*” (Ingold, 1993, p. 222, grifo do autor) foi traduzida como “aprender a prestar atenção”.

Foi dessa maneira que Ingold (1993) também aprendeu – até certo ponto – a perceber o mundo da forma como faziam os pastores de rena com os quais trabalhou, tornando-se imerso em uma espécie de atividade conjunta no ambiente compartilhado por eles. Através dessa imersão, o autor pôde vivenciar as particularidades e os componentes desse meio compartilhado, aprendendo a prestar atenção nos eventos de forma característica ao contexto e que possibilitavam as atividades de pastoreio. Esse engajamento específico com o mundo só é possível se for pensado a partir de um mundo contínuo, não dividido em blocos: a ideia do autor se assemelha com uma paisagem sem quebras bruscas de um lugar para o outro, e onde só é possível descrever o mundo, a partir de determinado lugar, por meio do olhar de quem está ali situado (INGOLD, 1986 *apud* INGOLD, 1993).

Assim fundamentada, me movi na direção de um ambiente no qual não estava situada normalmente, o das crianças da Palha do Arroz, e, assim, encontrei uma perspectiva diferente, um novo panorama, o qual se tentou apreender por meio de uma observação participante atenta e cuidadosa. Compartilhei suas atividades e brincadeiras, na maior parte das vezes brincando simultaneamente, ora com os brinquedos levados por elas, ora com aqueles levados por mim, como a corda e o giz colorido que elas utilizavam para “pixar” o muro da cooperativa de reciclagem e/ou a cerca da horta. Restos de móveis, galhos de plantas, madeiras ou outros materiais que eram descartados no *espaço cimentado* e que estavam à espera da coleta de lixo também se tornavam brinquedos, componentes desse ambiente com o qual as crianças se relacionavam de maneira específica. Essas brincadeiras geralmente aconteciam distantes da casa da maioria das crianças, o que foi pensado de forma proposital para que eu pudesse observá-las “longe do olhar disciplinador do adulto” (PIRES, 2007, p. 41) que poderia, de certa forma, podar suas ações. É inegável que minha presença também poderia ser capaz de causar o mesmo efeito e aqui reconheço, com a argumentação de Bruno Latour (2012) destacada por Flávia Pires (2007), que qualquer intento científico, como a escrita desta dissertação, não é natural e induz artificialidade ao meio, a qual não pode ser negada, mas sim reconhecida.

Além dos momentos exclusivamente com as crianças, acompanhei e compartilhei também momentos de conversas com os adultos, os quais se intensificaram com a volta da atuação da MMM e do Sabiá no conjunto habitacional em 2019, pois meu auxílio era demandado enquanto militante-pesquisadora que também se fazia presente na Palha do Arroz. Participei de reuniões organizacionais, momentos de acolhimento, mutirões de limpeza da horta comunitária e dos eventos locais. Nas festas – as comemorações do Carnaval e do São

João do ano de 2019 especificamente – promovidas pelas organizações que tinham maior contato comigo, participei realizando atividades para as crianças, o que pareceu se tornar minha função enquanto todas as outras mulheres pensavam nas demais questões organizacionais. A organização principal era da Marcha e do Centro Sabiá, assim como eram as mulheres dos coletivos as mais participativas nas rodas de diálogo, enquanto as mulheres da Palha do Arroz permaneciam mais caladas durante as reuniões e os momentos de discussão em si. Porém, no que diz respeito à responsabilidade com as crianças nesses momentos, a atitude parecia ser um consenso: era minha função. Além do fato das crianças me chamarem para brincar assim que eu chegava ao local, mesmo com minha tentativa de ajudar as outras mulheres, parecia que “meu lugar” (BEGNAMI, 2008, p. 54) se situava muito mais entre as crianças do que entre os adultos.

Diante da tentativa de construir uma etnografia capaz de compreender a vida dos moradores da Palha do Arroz e das relações existentes entre as crianças, os adultos e o conjunto habitacional, com sensibilidade e precisão por meio de uma observação detalhada e atenta, além de uma longa experiência em primeira mão (INGOLD, 2008), fez-se necessário a utilização de diversas técnicas de pesquisa. A observação participante seguiu sendo imprescindível e a principal ferramenta na realização do intento etnográfico, no entanto, também se mostrou relevante sua associação com entrevistas, desenhos, fotografias e vídeos. Dentro da Antropologia da Criança, diferentes autoras (ALDERSON, 2000; CHRISTENSEN; JAMES, 2001; BEGNAMI, 2008; BUENO, 2012; COHN, 2000; 2010; PIRES, 2007; PIRES; FALCÃO; SILVA, 2014; TOREN, 1990; 1993) mostram a importância e fazem uso da combinação dessas e de outras técnicas que se complementam e enriquecem o trabalho da antropóloga, contudo, como bem enfatizam Pia Christensen e Allison James (2001), a utilização de diferentes técnicas de pesquisa não se dá pela particularidade em se trabalhar com crianças, já que elas são tão capazes quanto os adultos de responderem uma entrevista, por exemplo. No entanto, essas outras estratégias podem ser úteis na pesquisa com crianças ao se levar em consideração o contexto no qual elas estão situadas, assim como seria com qualquer outro grupo distinto.

Em relação aos desenhos e suas respectivas interpretações – úteis em trabalhos como o de Christina Toren (1993), que conseguiu compreender uma questão crucial da hierarquia fijiana a partir dos comentários das crianças sobre seus desenhos do ritual *kava* –, as crianças da Palha do Arroz não se interessavam em fazê-los caso eu as pedisse, seus argumentos estavam relacionados a não saberem desenhar, o que eu sempre tentava contornar falando que

não era necessário saber, porém sem muito sucesso. As crianças gostavam, na verdade, de desenharem livremente, sem me darem explicações sobre os desenhos, e se empolgavam com os papéis, lápis de cor e outros materiais que eu levava, chegando a pedir pra levá-los para casa. A empolgação vista pelas crianças do conjunto habitacional também foi relatada por Pires (2007) com as crianças de Catingueira, no estado da Paraíba, e aqui, argumento que essa animação pode sim ser uma particularidade do campo, já que as crianças de ambos os locais não tinham acesso a este tipo de material com facilidade. Assim como as crianças *Manus* que Margaret Mead (2001) trabalhou na Nova Guiné, as quais não estavam familiarizadas com esses materiais e, mesmo assim, se disponibilizavam para desenhar. Além disso, quando as crianças do CH não queriam desenhar, elas geralmente me pediam para fazê-lo e pintavam o que eu tivesse desenhado, porém também sem me explicarem o que estavam fazendo. Assim, os desenhos, mesmo sem suas interpretações, serviram para que eu pudesse me aproximar ainda mais delas durante o trabalho de campo, ao mesmo tempo em que serviam também como uma forma delas me diferenciarem. Para as crianças, elas não sabiam desenhar, mas a “Tia se garante”⁹.

Ademais, também foram feitas duas entrevistas semiestruturadas, as quais se distinguem das estruturadas por não seguirem uma estrutura fixa de questões e das não estruturadas por também não serem unicamente uma conversação continuada (GASKELL, 2002). Seguiu-se, então, um tema central a partir do qual foram feitas perguntas que mais serviam como guias. A primeira entrevista foi realizada em março de 2019, com Vera, para melhor compreender a história do Conjunto Habitacional Palha do Arroz. Como a entrevista estava sendo realizada nas sombras de uma das árvores da horta, Nalva e uma de suas filhas – já adulta – se juntaram a nós durante o processo de gravação. Já na segunda, feita em abril de 2019, estavam presentes Vera, Janaína e Lili, e a intenção foi ouvir o ponto de vista dos adultos sobre a infância na Palha do Arroz, o que acabou abrangendo também uma conversa sobre suas próprias infâncias antes do conjunto habitacional.

Como última das técnicas de pesquisa utilizada, a fotografia, há muito utilizada com sucesso na antropologia (BATESON; MEAD, 1942), seria primordialmente incorporada no campo através de uma oficina oferecida por mim para as crianças do habitacional. Inspirada em trabalhos como o de Alex Vailati (2014) que propôs ensinar um grupo de jovens a utilizar uma câmera de vídeo em *KwaMashabane*, área rural da África do Sul, eu disponibilizaria diferentes opções de câmeras digitais e as instruiria com noções técnicas acerca da fotografia.

⁹A expressão “se garantir” expressa a ideia de alguém que faz algo bem feito.

No entanto, a oficina não ocorreu para evitar o reforço de uma relação hierárquica entre a pesquisadora adulta e as crianças pesquisadas e também porque as crianças já possuíam noções básicas acerca das câmeras e estavam ansiosas demais para utilizá-las, por vezes não me deixando nem explicar as funções por elas desconhecidas. Diferentemente do acesso à fotografia durante o período em que Pires (2007) trabalhou com as crianças de Catingueira, as crianças da Palha do Arroz, mais de 10 anos depois, já estão muito mais acostumadas e têm a fotografia mais presente em seu cotidiano através dos celulares, assim, mesmo que as câmeras que levei não lhes fossem rotineiras, o processo de fotografar e de posar para fotos o era.

Figura 5. A utilização da câmera pelas crianças.



Fonte: Soares (2019)

Assim como Christiane Falcão (2010), que também se propusera a fazer uma oficina, mas não conseguiu realizá-la, passei as câmeras para as mãos das crianças e as deixei utilizá-las da forma que lhes fosse mais atrativa (figura 5). Assim, a utilização das câmeras se deu do começo até o final da pesquisa, principalmente, por observar que esta tinha sido uma forma de aproximação muito bem sucedida, tanto com os adultos, que confiavam na minha presença para ensinar algo às crianças – como eles mesmos falavam –, quanto com as crianças, que

passaram a se interessar mais em passar as tardes de sábado comigo que, até então, era uma total estranha para elas. Passei a levar as câmeras na maioria dos encontros e a refletir sobre a fotografia enquanto formadora das relações estabelecidas pelas crianças a partir de sua inserção em campo, já que ela criava uma dinâmica diferente nos encontros. Além disso, o ato de fotografar e ter suas fotografias expostas no decorrer desta dissertação, na qual as crianças são o elemento central, criaram a possibilidade de pensá-las também enquanto autoras deste mesmo trabalho.

A intenção após a finalização do trabalho de campo era discutir com as crianças sobre as fotografias por elas tiradas (PIRES, 2007) e, posteriormente, revelá-las e colocá-las em uma espécie de exposição no próprio conjunto habitacional, como forma de devolução ao campo pela abertura e acolhimento que tiveram comigo. Essa ideia foi inspirada pela pequena exposição feita pelo Centro Sabiá no Bazar Feminista de 2017 (figura 6) com fotografias tiradas durante suas visitas à Palha do Arroz, no evento os moradores do CH se alegravam ao se reconhecer nas fotos e decidi retomar a proposta quando iniciei a pesquisa.

Figura 6. A exposição do Centro Sabiá.



Fonte: Soares (2017)

A previsão para realização das duas propostas citadas anteriormente era março de 2020, no entanto, este foi o mesmo período no qual a pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil, tornando necessária a implantação de regras de restrição social que, até a finalização da escrita deste texto, ainda impossibilitavam contatos mais próximos e que, ao

mesmo tempo, garantissem a segurança das pessoas envolvidas. A realização da discussão com as crianças sobre as fotos e sua exposição ainda não puderam ser previstas, no entanto, ainda serão feitas devido ao compromisso e amizade que cultivei desde 2018 com os moradores do conjunto habitacional. Aqui, como não pude saber qual das crianças tirou cada foto, as referenciei enquanto crianças da Palha do Arroz, no entanto, não o faço na tentativa de apagar a individualidade de cada uma delas, mas como forma de me referir ao todo que fez esse trabalho possível.

2.4 DILEMAS ÉTICOS

Enquanto pesquisadora adulta, fui bastante acolhida pelas crianças, meu cabelo colorido à época e minhas tatuagens logo chamaram a atenção de todas que me enchiam de perguntas sobre os desenhos tatuados e as futuras cores a serem utilizadas no cabelo, este último sendo um assunto comum principalmente entre as meninas. Durante as brincadeiras, da adulta e grande, me tornei a tia que participava e topava (quase) todas as bagunças. A postura por mim estabelecida e que reflete nesses comportamentos, visava tratar as crianças em certa condição de igualdade, ouvindo-as e interagindo com elas de forma a evitar um centrimento na figura do adulto em todos os momentos possíveis da pesquisa (COHN, 2010). Uma brincadeira que para os adultos poderia ser considerada boba, e que me fazia receber olhares curiosos por reproduzir, para as crianças, poderia ser um importante momento na construção de suas relações.

Assim, para ganhar sua confiança e conseguir melhor compreendê-las, foi essencial que as crianças da Palha do Arroz me enxergassem enquanto o que William Corsaro (2003) chama de *adulta atípica* e, só assim, foi possível diferenciar-me – até certo ponto – dos outros adultos com os quais as crianças normalmente interagiam e que ocupavam uma posição hierárquica geralmente superior a elas. O próprio Corsaro (2003), em pesquisa com crianças na Itália, relata que sua dificuldade com a língua italiana o fez ser visto como um adulto não só atípico, mas também incompetente, o que facilitou sua aceitação entre as crianças. Pires (2007) também se comportou de forma similar ao falhar em ser uma mulher adulta e por deixar as crianças bagunçarem sua casa de maneira que não faziam quando estavam em suas próprias casas. Em minha experiência, minha aparência e o lugar a mim relegado nas relações com as organizações que atuavam no conjunto habitacional foram fundamentais para que as crianças pudessem me aceitar entre elas, me incluindo em suas brincadeiras e, por vezes,

esquecendo-se do meu tamanho ao me convidarem para entrar com elas em lugares minúsculos.

É preciso pontuar, no entanto, que as crianças nunca enxergarão o pesquisador enquanto realmente uma criança: ainda que atípico, o adulto continuará sendo adulto (CORSARO, 2003; PIRES, 2007). Assim, as crianças do CH Palha do Arroz, por mais que reconhecessem o meu *status* enquanto diferente, não faziam cerimônia em me lembrar disso quando queriam. Em uma das nossas primeiras brincadeiras com uma câmera fotográfica, fui a modelo quando as propostas foram tirar fotos de coisas grandes ou que, para elas, tivessem a ver com ser adulto. Da mesma forma, para um dos meninos, em uma brincadeira em que estávamos correndo, minha incapacidade de correr como ele foi rapidamente associada ao fato de ser adulta ou, nos seus termos, “grande”. Ainda, como bem observado por Patrícia Begnami (2008), a própria utilização da palavra “tia” para se referir a mim, dentre outras possibilidades, poderia indicar uma forma de diminuir a distância de idade, ao mesmo tempo em que significava um afastamento, uma confirmação de que não sou igual a elas.

Ademais, ser uma adulta atípica em nada diz respeito a uma tentativa de me tornar, de fato, uma criança ou nativa, pois tal propósito seria impossível, até mesmo porque, segundo Roy Wagner (2010),

“da perspectiva do trabalho de campo, ‘virar nativo’ é tão inútil quanto permanecer no aeroporto ou no hotel fabricando histórias sobre os nativos: em nenhum dos casos haverá qualquer possibilidade de uma significativa relação (e invenção) de culturas. É ingênuo sugerir que virar nativo é a única maneira de alguém ‘aprender’ efetivamente outra cultura, pois isso exigiria abrir mão da sua própria cultura” (p.37).

Para além de uma intenção de virar nativa, meu objetivo foi me situar no mundo no lugar onde as crianças estão situadas, *prestando atenção* em suas ações e, assim, apreendendo-as. Esse processo de situar-me em um local específico, me fez ficar atenta para possíveis reproduções da lógica hierárquica centrada no adulto que tem as crianças enquanto seres inferiorizados, incompletos e *ainda* não posicionados nas relações sociais. Não obstante, como a pesquisa com crianças não exige nenhum aparato especial, a atenção para a reprodução de qualquer ideia capaz de estigmatizar os indivíduos participantes da pesquisa é um cuidado que deve ser tomado por todo e qualquer pesquisador.

Em relação aos adultos, a minha falha em ser como eles era evidente. A mãe de uma das crianças, certo dia, chegou a proibi-lo de brincar comigo por um tempo porque, segundo sua afirmação, eu deixava que as crianças batessem em seu filho, sendo que, na verdade, as

crianças geralmente brigavam entre si e não davam ouvidos aos meus pedidos de trégua. Essa falha em ser adulta me parece ser o mesmo motivo pelo qual ocupei o lugar de cuidado das crianças frente aos grupos que atuavam na Palha do Arroz, no entanto, não considero tal aspecto negativo, apenas particular do contexto trabalhado.

Ainda sobre minha imagem refletida em campo, podemos pensar também a partir das relações estabelecidas com os homens adultos do conjunto habitacional. Além de me tornar uma *adulta atípica*, minha ligação com as crianças fez de mim uma mulher ainda mais associada com aspectos infantis – vistos pela sociedade ocidental enquanto inferiores –, os quais me posicionaram, de forma ainda mais extrema, em um suposto polo da natureza existente na dicotomia natureza – onde estão crianças e mulheres – *versus* cultura – lugar reservado para os homens (MARCHI, 2011; ORTNER, 1979). Este posicionamento dicotômico acaba por colocar crianças e mulheres em posição inferior à posição dos homens, assim como subordinar a natureza à cultura, e, dessa forma, minha localização em campo em relação aos homens se tornava ainda mais frágil. Daqueles poucos que falavam comigo no conjunto habitacional, dois deles pareciam fazê-lo com propósitos para além da pesquisa e interações que mais pareciam objetivar um flerte do que um interesse genuíno no que estava sendo feito por mim. Minha reação a tais possíveis investidas foi reforçar sutilmente nas conversas meu espaço enquanto pesquisadora interessada nas crianças sem, no entanto, causar qualquer tipo de desconforto ou animosidade.

Avançando nas questões éticas referentes ao trabalho, o consentimento oral dado por crianças e adultos foi visto como suficiente e, no contexto estudado, capaz de substituir a aprovação em um comitê de ética formal pensado a partir das necessidades e dos possíveis danos causados pelas pesquisas nas áreas das Ciências da Saúde. Na Palha do Arroz, o processo de apresentação da pesquisa e autorização dos pais, mães e responsáveis pelas crianças foi feito logo no início do trabalho de campo e também durante a sua execução. Por mais importante que fosse o consentimento do adulto, no entanto, ele por si só não validava a participação das crianças, as quais também precisaram dar seu consentimento (ALDERSON, 2000) após ouvirem minha explicação sobre o trabalho. Mais que assinaturas em documentos e termos de participação, me atentei para as atitudes que eram demonstradas em relação a mim e, principalmente, às negativas das crianças de estarem comigo, o que era considerado também como uma negativa à pesquisa mesmo que essa recusa fosse apenas relacionada àquele dia.

É preciso reconhecer que a escolha ética de se valer apenas do consentimento oral dos envolvidos pode ser encarada enquanto algo delicado, porém compreensível diante das particularidades da Palha do Arroz, um conjunto habitacional no qual ocorrem dinâmicas de deslocamento que fizeram com que a presença das crianças durante os encontros fosse muito mais fluida do que permanente, impossibilitando a garantia de participação sempre daquelas mesmas crianças. Esse deslocamento e fluidez eram facilitados também pela realização da pesquisa em um ambiente aberto no qual elas costumavam brincar, fazendo com que muitas vezes fosse impossível ter o controle sobre todas as crianças que se encontravam comigo. Assim, optou-se por ocultar os nomes e os rostos das crianças, ao mesmo tempo em que se divulga o nome do conjunto habitacional estudado. Além disso, busquei aqui especificar, colocando nomes fictícios e utilizando exemplos mais diretos, somente as crianças com as quais tive maior contato com os responsáveis e também aquelas que estiveram mais presentes e sabiam de minhas intenções. Ademais, tornar pública a informação de que a pesquisa foi realizada na Palha do Arroz foi encarada como importante no reconhecimento coletivo dos moradores, sejam adultos ou crianças, na pesquisa e na contextualização social, histórica e econômica da infância que está sendo falada.

Quanto aos nomes dos adultos, citei apenas os nomes de minhas principais interlocutoras: Vera, Nalva, Janaína e Lili e não explicitarei nenhum possível parentesco entre elas e as crianças, visto que, caso isso fosse feito, a identidade de alguma das crianças poderia ser comprometida. Além do consentimento para utilização de seus nomes ter sido dado, também não julguei que tal exposição seria possível de causar danos, já que seus nomes – principalmente o de Vera e Nalva – estão divulgados em outros lugares em associação com o nome do conjunto habitacional. No entanto, tentei evitar uma exposição demasiada através de imagens que mostrem os rostos dessas mulheres, baseando-me no questionamento de Sonia Kramer (2002) ao falar que:

“muitas vezes, ainda que dispondo da autorização para usar a imagem, ao analisar as fotos e discutir as situações observadas, o pesquisador dá, com seus comentários, outros sentidos às imagens; além disso, tanto a prática da instituição quanto os profissionais ficam expostos também. A leitura de um texto, composto de palavras e imagens, que explicita problemas, revela e identifica rostos, provoca reações de surpresa e constrangimento. As imagens falam e, ainda que autorizadas, dizem coisas que soam diferentes das que foram ditas, aos ouvidos de quem as pronunciou.” (p. 53).

Compreendendo que os dilemas éticos no campo da Antropologia da Criança não são consensos e ainda têm um longo debate a ser encarado pelas pesquisadoras e pesquisadores da

área, e ainda que as crianças não tenham tido a identidade revelada no decorrer do presente texto, parti do ponto de que elas são também autoras deste trabalho. O anonimato, apesar de vir para protegê-las, pode ser uma incoerência no sentido de se reconhecer teoricamente as crianças enquanto sujeitos sociais e ao mesmo tempo negá-las uma identidade no estudo (KRAMER, 2002). No entanto, aqui o *status* de sujeitos da pesquisa foi pensado a partir de uma lógica coletiva: a identidade das crianças não lhes foi negada, mas suprimida para que suas produções visuais pudessem ser exibidas e para que o nome do conjunto habitacional onde residem pudesse ser público. Assim, as crianças podem futuramente se reconhecerem nas fotos que, de forma delicada, não expõem seu rosto e também na produção de conteúdo acerca do CH Palha do Arroz que, além das matérias sobre as experiências das mulheres na horta comunitária e na cooperativa de reciclagem, também pode contar agora com os relatos das crianças e de sua infância presentes nesta dissertação.

3 A INFÂNCIA E AS BRINCADEIRAS ENTRE AS CRIANÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL

3.1 DE ONDE SE PARTE TEORICAMENTE

O presente trabalho se baseia nas noções de infância e de criança dos chamados “novos estudos sociais da infância” (CHRISTENSEN; JAMES, 2000; JAMES; JAMES, 2004; JENKS, 2002; MAYALL, 2003; PROUT, 2005; PROUT; JAMES, 2005; SARMENTO; PINTO, 1997) que surgiram por volta dos anos 1980, como uma crítica às ideias de infância enquanto construção biológica, universal e única, e da criança enquanto ser em desenvolvimento e que apenas se tornaria completa após fazer-se adulta. Os esforços empreendidos por esses estudos emergentes buscavam refletir acerca da importância da inserção do contexto social, cultural e histórico, além de outras variáveis, para se compreender a criança e a infância. Tal esforço já era relativamente comum em disciplinas como a sociologia e a antropologia, que estavam acostumadas a lidar com diferentes contextos sociais e culturais em suas pesquisas, apesar da produção sobre crianças ainda ser um tanto quanto pequena. Dentro dessas duas áreas, o foco das críticas às já existentes pesquisas com crianças voltou-se principalmente para o conceito de socialização, (PROUT, 2005) o qual:

“era frequentemente tratado como um efeito unilateral da sociedade (adulta) sobre as crianças individualmente. Isso não só levou à negligência das crianças, porque elas eram vistas como seres ainda-não-sociais, mas também foi pouco cuidadoso com a participação social ativa das crianças, sua agência na vida social e sua vida coletiva. Essas críticas levaram à explosão de atividade de pesquisa, na qual a infância foi analisada como uma construção social e crianças estudadas não como objetos passivos de socialização, mas como atores sociais em seu próprio direito. (PROUT, 2005, p. 1, tradução minha).”

As teorias acerca da socialização estavam embasadas na construção científica, principalmente a partir das teorias de desenvolvimento da Psicologia, que tratavam a criança e a infância por meio das ideias de racionalidade e universalidade. O psicólogo Jean Piaget foi um dos grandes teóricos que trabalharam com a ideia de desenvolvimento infantil, o qual, segundo ele, se dava por meio de um processo dividido em diferentes estágios que levariam a um estágio final de competência lógica, marca da racionalidade adulta. O pensamento científico de Piaget, influenciado pelo trabalho de Lucien Lévy-Bruhl acerca do pensamento primitivo, foi tão difundido que chegou a exercer influência não só dentro, mas também fora

do meio acadêmico, se tornando comum no pensamento ocidental frases como “isso é apenas uma fase que ela/ele está passando” (PROUT; JAMES, 2005, p. 11, tradução minha) para se referir a crianças e sua infância. Dessa forma, a noção de criança biológica, universal e incompleta foi construída através de embasamentos científicos de uma ciência feita, sobretudo, por homens brancos, sendo seu caráter selvagem associado àquele dos chamados “povos primitivos”, objetos de estudo da Antropologia desde seus primórdios e que seriam, de certa maneira, inferiores aos homens – adultos – “civilizados”.

O processo de socialização da criança, portanto, estava muito ligado à sua incorporação ao mundo dito “civilizado” e do processo de deixar, ela mesma, de ser uma “selvagem”. Essa relação entre selvagem e civilizado fez parte da corrente teórica evolucionista que dominou a Antropologia no século XIX, construída a partir da criação de uma ideia de diferença entre o “selvagem” e o antropólogo, sendo o primeiro um objeto de estudo a ser analisado pelo segundo, que estudava tudo aquilo que desviasse da sua (autointitulada) norma, ou seja, tudo aquilo que fosse diferente dele mesmo (JENKS, 2002). Enquanto as teorias evolucionistas ficaram obsoletas no contexto antropológico geral e a hierarquia primitivo/civilizado passou a ser contestada, as crianças se mantiveram na posição inferiorizada, primitiva e diferente na relação com o adulto por um período maior de tempo. No entanto, não se pode deixar-se enganar e acreditar na espontaneidade da construção de tais hierarquias, pois como enfatiza Chris Jenks (2002, p. 188), as “assunções [nas quais as hierarquias se baseiam] encarnam os valores e os interesses do teórico e da cultura contemporânea, que por sua vez geram expectativas normativas no âmbito da sociedade em geral”, ou seja, as hierarquias estão inseridas em um contexto social e político no qual geram e valorizam uma norma.

A criança, ao mesmo tempo selvagem e fenômeno biológico, situada em uma encruzilhada entre se tornar um ser social/civilizado e pertencer ao domínio natural, poderia se tornar uma ameaça à ordem social se não fosse socializada (MARCHI, 2011; JENKS, 2002). Como poderia o adulto lidar com aquilo que não fosse ou viesse a se tornar a norma? A criança, dessa forma, permaneceu confinada a espaços privados de socialização e de guarda, como a escola e a família, sendo estes praticamente os únicos espaços possíveis para pensá-las no campo da Sociologia e da Antropologia previamente ao advento dos novos estudos sociais da infância. Antes disso, poucos eram os trabalhos etnográficos que estudavam as crianças por si só e, assim, podemos pensar no trabalho de Florestan Fernandes (2004) com as brincadeiras

de rua em São Paulo e nos de Margaret Mead com as crianças e adolescentes de Samoa (1928) e da Nova Guiné (2001) como grandes exemplos nesse sentido.

No caso de Mead, pertencente à Escola de Cultura e Personalidade, buscar compreender a infância (e também a adolescência) de outras culturas e compará-la com a do seu próprio país – os Estados Unidos – era seu principal objetivo. A ênfase era dada ao processo de construção da personalidade da criança, procurando entender, a partir do comportamento delas, aquilo que seria supostamente natural, ou seja, universal para todas as crianças independentemente do contexto vivido, e o que seria cultural e, portanto, particular daquela sociedade (COHN, 2010). Com os trabalhos de Mead, foi possível pensar nas crianças para além das instituições da escola e da família, enquanto a maioria dos estudos ainda utilizava dessas ferramentas, além de também aprimorar as técnicas de pesquisa utilizadas para se trabalhar com elas, sendo esta uma de suas principais contribuições para a área. Assim, a antropóloga, muito antes do surgimento dos novos estudos sociais da infância, já pensava na experiência das crianças enquanto algo cultural e que só seria possível de ser apreendida se fosse analisada em contexto.

Para que uma real mudança no debate acerca da criança fosse possível dentro da Antropologia, a própria disciplina passou por transformações em alguns de seus conceitos-chaves, como cultura, sociedade e agência, a partir da década de 1960. Anteriormente, no final dos anos 1950, a teoria antropológica girava em torno de três principais paradigmas que, para Sherry Ortner (2011), estavam exauridos, eram eles: o estrutural-funcionalismo britânico, a antropologia cultural (a qual Mead estava inserida) e a, também estadunidense, antropologia evolucionista. Na década seguinte, então, os novos atores da disciplina, os quais emergiram tendo como mentores os antropólogos dessas três escolas, lançaram mão de ideias inovadoras, combativas e agressivas que foram capazes de transformar os paradigmas da época.

Sistematizadas de forma resumida por Clarice Cohn (2010), aqui exponho as principais mudanças nos três conceitos citados previamente e que embasam as renovações na forma de lidar academicamente com a infância e as crianças: a) a cultura, vista anteriormente enquanto crenças ou valores específicos, transformou-se em um sistema simbólico em constante formação e que torna possível que pessoas formadas a partir do mesmo sistema de símbolos sejam capazes de viver em sociedade compartilhando sentidos; b) a sociedade, ainda estruturada, abriu espaço para se pensar em um conjunto de relações que a constitui e que, ao mesmo tempo, é por ela constituído; e c) a partir dessa noção da sociedade enquanto formadora constante de relações, os indivíduos passaram a ser vistos não mais como

receptáculos de papéis e funções sociais, mas como capazes de atuarem criando e recriando o contexto social no qual estão inseridos, lançando luz, assim, sobre o conceito de agência. Dessa forma, tornou-se possível que, anos depois, as noções de criança e infância pudessem ser transformadas, retirando as crianças do papel de telespectadoras de sua própria infância e colocando-as enquanto detentoras de agência, em contínua relação com outros indivíduos e compartilhando um mesmo sistema simbólico com os adultos.

Alguns dos principais pesquisadores desses novos estudos sociais da infância surgidos após a renovação desses conceitos, Alan Prout e Allison James (2005), refletem acerca da existência de uma essência da infância enquanto instituição social, essa essência seria, na verdade, um conjunto de relações sociais estabelecidas ativamente dentro da qual são construídos os primeiros anos da vida humana. A imaturidade presente nesses anos iniciais, no entanto, não estaria, assim, sendo desconsiderada, mas vista como um fato biológico, enquanto a forma como essa imaturidade é entendida e transformada em algo significativo seria um questão cultural – posicionando, mais uma vez, a criança em uma espécie de encruzilhada. Além disso, pode-se pensar em seis principais características que unem esse amplo campo de estudos e nos quais a maioria das pesquisas se baseou para construção desse novo paradigma, as quais foram primordialmente descritas pelos dois autores em seu livro *Constructing and Reconstructing Childhood* (1997): 1) a infância, diferentemente da imaturidade biológica, é encarada enquanto construção social e não natural/universal, sendo, portanto, um componente estrutural e cultural de diferentes sociedades; 2) a infância também é uma categoria de análise social, assim como gênero, classe ou etnicidade, havendo uma variedade cultural de infâncias para além de um fenômeno único; 3) as relações sociais e culturais das crianças são válidas de serem estudadas independentemente da perspectiva dos adultos; 4) as crianças são ativas na construção de sua própria vida social e nas vidas daqueles ao seu redor, não sendo apenas passivas e receptáculos para as normas e funções sociais; 5) a etnografia é, particularmente, uma das melhores formas de se trabalhar academicamente com as crianças, haja vista que estimula muito mais sua participação do que outras técnicas de pesquisa; e 6) o estabelecimento de um novo paradigma na sociologia da infância é também uma forma de reconstruir o conceito de infância na sociedade como um todo (PROUT; JAMES, 2005). Apesar dessas características, no livro, estarem se referindo diretamente à área da Sociologia, a Antropologia da Criança (e outros campos de estudo baseados neste novo paradigma) também se beneficiaram dessas reflexões e até hoje ainda as reproduzem.

3.2 A PALHA DO ARROZ E SUA INFÂNCIA: para além do conceito de infância enquanto construção social

Um dos primeiros defensores do conceito de infância enquanto construção social foi o historiador francês Philippe Ariès (1962), que demonstrou que a noção de infância do Ocidente foi construída na Europa posteriormente à Idade Média, onde se passou, então, a reconhecer a existência de particularidades entre crianças e adultos. Previamente a essa construção, crianças se vestiam e eram retratadas enquanto pequenos adultos, além da ausência de um sentimento de pudor em relação à sua sexualidade, já que brincadeiras de cunho sexual, envolvendo inclusive seus genitais, eram comuns e não vistas como capazes de causar dano. Foi a partir da construção de uma moral cristã ao redor da figura da criança que ela passou a ser vista enquanto pura e intocável, as interações com elas passaram a ter um caráter muito mais sério e educacional do que antes, o que se tornou comum nas igrejas e no seio das famílias – fossem elas burguesas ou não (ARIÈS, 1962). É importante frisar, no entanto, que Ariès trabalhou apenas com uma noção de infância existente ao longo do tempo, repousando suas análises sobre a Europa, sendo a partir dela que se construiu a ideia ocidental de infância, porém podem ter existido conceitos diversos acerca da experiência das crianças em outras sociedades, muito antes do que fala o historiador.

Por compreender a infância enquanto variável e muito mais relacionada ao social do que à biologia, não há uma limitação teórica quanto à faixa etária inclusa na categoria, sendo os contextos sociais definidores da existência (ou não) desses limites. No caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – conjunto de normas jurídicas brasileiras para proteção de crianças e adolescentes –, considera-se criança a pessoa com até doze anos incompletos (BRASIL, 1990), divisão esta que, mesmo se tratando do mesmo país, não se corresponde igualmente em todos os lugares, como é o caso das crianças da Palha do Arroz, as quais eram vistas pelos adultos como crianças para além dos 12 anos. Entre as próprias crianças, no entanto, este parecia ser um conceito ainda menos sólido, estando a ideia de ser criança e possuir uma infância, no geral, relacionada às brincadeiras, já que, segundo elas, adultos não brincam.

Outros trabalhos antropológicos também já demonstraram a diversidade de infâncias que podemos encontrar dentro de um mesmo contexto histórico e sob a mesma legislação. Entre as crianças *Xikrin*, por exemplo, sua infância está envolta pelo conceito de *karon* (COHN, 2000; 2010), que pode também ser chamado de “alma”, o qual marca a experiência de cuidado que as crianças vivenciam durante sua infância, fase na qual o *karon* está mais

propício a sair – principalmente durante os sonhos – e não mais retornar ao corpo caso a criança fique zangada. A vivência das crianças *Xikrin*, nesse sentido, se distancia daquela das crianças não-indígenas que estão acostumadas a uma divisão ocidental mais dura e menos fluida entre a alma e o mundo externo. Já a Galera do Gramado (CALAF, 2007), grupo de crianças de rua de Brasília, quebra as expectativas de uma infância pura e ingênua, como o ideal de infância moderno descrito por Ariès (1962), ao falar abertamente de suas experiências sexuais aos 9, 10, 11 anos. Enquanto algumas das crianças do terreiro de Candomblé *Ilê Axé Omin Mafé* (FALCÃO, 2010) possuem lugar de autoridade e a elas se deve grande respeito, independente da idade e do tempo que estão na casa. Como é possível falar, então, de uma infância única se não existe um consenso? Onde está situada, então, a infância da Palha do Arroz em relação aos ideais de infância existentes? Estarão elas tão protegidas e acolhidas pelas legislações vigentes quanto aquelas crianças que correspondem a todos esses ideais?

Apesar de inserida no contexto ocidental moderno de uma infância ingênua e que deve ser protegida, na Palha do Arroz podemos ver algumas questões que desafiam essa norma e, aqui, focalizo no Artigo 4º da Lei 8.069 de 1990, lei que dispõe acerca do ECA. O artigo citado prevê o direito à proteção da criança, sendo este um “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público” (BRASIL, 1990). No entanto, o poder público, ao não oferecer possibilidades seguras de lazer no conjunto habitacional, além da ausência de saneamento básico, segurança, entre outras coisas, não exerce corretamente sua responsabilidade para com essa infância e, assim, também marca o conceito de infância que se tem no habitacional. Como falado na primeira seção desta dissertação (p. 25), a ausência não indica meramente um vazio, mas também é um meio pelo qual os moradores – incluindo as crianças – constroem suas relações e suas experiências e conceitos durante a vida.

Além dos contextos sociais e políticos que envolvem a Palha do Arroz e sua infância, a existência de outras variáveis como gênero e a raça também se fazem importantes para esta reflexão, à medida que a infância também é uma categoria de análise (PROUT; JAMES, 2005) e age em consonância com essas outras duas categorias citadas. Assim, podemos repensar a importância de situar as crianças para analisá-las, fazendo isto também no que diz respeito ao ambiente físico em que elas se encontram, o qual tanto interfere em sua formação social quanto em sua formação biológica. Christina Toren (2012) e Tim Ingold (2019) se referem a esse processo como ontogênese: um processo de formação que ocorre também a partir da relação com o ambiente, com os contextos sociais e históricos, com outras categorias

de análise e com as pessoas presentes durante esse desenvolvimento. Pensar a ontogênese enquanto um conceito para se refletir a criança e a infância é também atender a um pedido feito por Prout (2005) e Cohn (2013) de não mais se resumir a repetir as mesmas informações acerca do que já se sabe sobre as crianças. Já sabemos e repetimos que a infância é uma construção social e que múltiplas são as crianças existentes, no entanto, o que vem além?

Para Cohn (2013) o debate dentro da Antropologia da Criança está fechado nele mesmo, falando não muito além daquelas pesquisadoras que já compõem a área, haja vista que, segundo ela, muito dificilmente um pesquisador de outra área de estudos vai buscar um texto sobre crianças para complementar suas leituras. O campo em si foi consolidado, no entanto, o debate ainda precisa adentrar nas discussões maiores da Antropologia para, assim, ser possível nos questionarmos quais contribuições podemos dar à Antropologia como um todo e quais são as contribuições que a disciplina pode nos dar. A própria Cohn (2013) reflete que a primeira forma de começar esta jornada é reconhecer que os estudos com crianças têm revelado aquilo que não é possível de se revelar através de estudos apenas com adultos, assim, uma primeira contribuição já é exposta pela autora, podendo ainda existir inúmeras.

Podemos pensar nessas contribuições mútuas igualmente através das ideias de Prout (2005), o qual também argumenta que a fase na qual os estudos sociais da infância precisavam se consolidar e mostrar seu diferencial já está chegando ao fim e, assim, não há utilidade de se continuar pensando através de uma divisão da criança entre mundos sociais e naturais. Afinal, a criança não é e nem nunca será meramente social, haja vista que 1) mesmo com as tentativas de situar as crianças em um polo dessa divisão, ela sempre esteve em uma encruzilhada; e 2) é até difícil pensar em alguma coisa que seja unicamente social, pois mesmo as relações sociais são formadas de forma heterogênea através da contribuição de diversos fatores.

Assim, pode-se contribuir para um debate mais amplo na Antropologia da Criança, torna-se útil voltar a pensar no conceito de ontogênese para refletir acerca da infância das crianças da Palha do Arroz, pois, para Ingold (2019, p. 25):

“os seres humanos são os produtos de uma interação entre causas endógenas e exógenas, genes e ambiente, não mais do que as outras criaturas vivas. Eles não são produtos, absolutamente. Eles são os produtores de suas vidas, respondendo, a cada momento, às circunstâncias que encontram – circunstâncias moldadas cumulativamente por suas próprias ações e pelas ações de outros no passado.”.

Em outras palavras, buscar compreender a infância do conjunto habitacional estudado levando em conta e se resumindo a dicotomias não se faz eficiente. A construção dessa

infância não só é feita através de causas sociais, mas também por meio das interações das crianças – pessoas formadas por genes, seres humanos que estão em uma fase de desenvolvimento biológico –, e apenas com um pensamento não dicotômico é possível afirmar isso sem questionar a capacidade da criança ou colocá-la em um local inferior, pois elas não deixam de ser produtoras de suas vidas. É por meio da reflexão acerca dessas interações e relações que se pode questionar também a ênfase demasiada na agência infantil (PIRES, 2008) e que isola as crianças das interações e das consequências dessas interações com o resto do mundo.

Aqui, concordo com Pires (2008, p. 140) no sentido de que “não há criança sem adulto, e não faz sentido estudar somente as crianças como um mundo à parte e fechado em si mesmo, simplesmente porque isso não corresponde à realidade.”. Assim, falar de culturas infantis (CORSARO, 2005; SARMENTO; PINTO, 1997), sem fazer a ressalva (COHN, 2010) de que as crianças estão em constante contato com adultos e aqui acrescento também com ambientes e determinados contextos, de nada acrescenta ao debate se a ideia é reafirmar sua capacidade social. Isolar as crianças, seja em um conceito de agência por si só e na consequente produção de uma cultura infantil não ligada à cultura dos adultos, ou seja na produção de um conhecimento acadêmico que se limita a ele mesmo e não dialoga – não por falta de vontade e de produção por parte de quem se trabalha com crianças – com as outras áreas da Antropologia, não me parece a atitude menos adultocêntrica possível. Dessa forma, a presente dissertação tentou não apenas refletir sobre as crianças observando seu contexto de relações com adultos e com habitacional, além de seus pares, como também dialogar com outras áreas da Antropologia buscando uma melhor compreensão acerca da infância e das crianças estudadas.

Ademais, foca-se na importância das relações na vida das crianças da Palha do Arroz porque, como diz Marilyn Strathern (2017), as relações são fundamentais para o ser humano e, sem as observar, corre-se o risco de não apreender aquilo que se pretende. Se os seres humanos estão em constante relação, como entendê-los sem entender também essas relações? Isso significa reconhecer que não podemos considerar as crianças como entidades individuais, que existem em seu universo independentemente do universo adulto, pois as relações sociais se fazem primárias para a existência humana (STRATHERN, 2017), ou seja, relacionar-se é fundamental para a existência da criança e de uma infância. Desconsiderar esse processo relacional é, de certa forma, inclinar-se para o que Ingold (1993) chama de lógica da inversão.

Segundo o pesquisador britânico (INGOLD, 1993, p. 218-219, tradução minha), a ideia de lógica da inversão pode ser definida como “essa substituição da pessoa como um nó dentro de umnexo de relações pela pessoa como portadora de um conjunto de regras cognitivas para construí-la”. Ainda de acordo com o autor, muitas vezes os antropólogos tentam negar a capacidade constitutiva das relações que as pessoas constroem entre elas e com seus meios e, concordando com Strathern, também acredita que o mundo só pode ser apreendido por meio dessas relações. Não há, então, como fazer um recorte isolado da criança, é preciso conectá-la com as relações às quais ela estabelece e, dessa forma, buscar enxergar o todo. É por isto que o conceito de ontogênese utilizado por Ingold (2019) e Toren (2012) se torna útil para pensarmos nessas relações e em como elas moldam os seres, já que, por exemplo, até a forma de pisar pode ser uma forma do corpo se relacionar com o solo que se está acostumado a andar. Andar e brincar descalço em um *espaço cimentado* como na Palha do Arroz define também uma forma particular de fazê-lo, diferente daquela desenvolvida por crianças que andam calçadas em pisos outros. Dessa forma, as crianças do conjunto habitacional são resultado de um grande processo de interações com pessoas e com o ambiente, de desenvolvimentos e aprendizados de habilidades (INGOLD, 2008), do qual elas também são produtoras. Elas não são marcadas de forma passiva por aquilo com o que elas convivem: este é um processo é ativo, já que elas também agem nesse mesmo ambiente.

Assim, a infância estudada é moldada ativamente pelas crianças e suas relações, tornando suas experiências únicas e particulares. Relacionar-se em um contexto social de ausências de segurança, espaço de lazer e saneamento básico; morando em unidades habitacionais construídas relativamente distantes da margem do Rio Beberibe e sem perigo de enchentes, com paredes de tijolos e cômodos divididos; compartilhando a vivência com vizinhos numa conformação diferente daquela vivenciada por seus pais; entre outras coisas: tudo isto constrói e faz parte da infância da Palha do Arroz.

3.3 O BRINCAR

Durante nossas conversas, quando questionadas acerca da sua infância, as crianças da Palha do Arroz respondiam que ser criança estava relacionado ao brincar e seria a possibilidade de brincadeira o que as diferenciava dos adultos, já que, para elas, os adultos não brincam, eles trabalham. Assim, podemos pensar no brincar como importante para se entender quem são essas crianças em específico, haja vista que elas mesmas colocaram o

brincar em um local de grande relevância. Talvez, brincar também fosse o que me fazia falhar enquanto adulta e ser *diferente*, tanto no olhar das crianças quanto no olhar dos adultos, me aproximando cada vez mais das primeiras.

Em perspectiva histórica, autores como Ariès (1962) e Johan Huizinga (1949) enfatizam a existência de relatos de brincadeiras há muitos anos, sendo a ação não exclusiva da espécie humana, ou, como disse o historiador holandês (HUIZINGA, 1949, p. 1, tradução minha), “a civilização humana não adicionou nenhuma característica essencial ao ato de brincar”, o que seria possível de perceber ao assistir cachorros filhotes brincando, segundo seu exemplo. Para as crianças, as brincadeiras – e também os brinquedos e jogos – desempenham um papel central no seu desenvolvimento e são bastante discutidas no contexto pedagógico e escolar (CRUZ; CARVALHO, 2006; FINCO, 2004; KOBAYASHI; SOMMERHALDER; ALVES, 2015), estando muitas vezes esses estudos também relacionados com a categoria de gênero. O ato de brincar é uma das formas na qual as crianças se relacionam com seus pares e com o mundo ao seu redor, sendo neste momento – porém não exclusivamente – que meninas e meninos recusam ou reforçam as divisões de gênero que lhe são impostas (BUSS-SIMÃO, 2013).

Fora de um contexto escolar, a pesquisa de Fernandes (2004) sobre as brincadeiras folclóricas entre grupos de crianças, as chamadas “trocinhas”, nas ruas da cidade de São Paulo são de grande relevância. O autor também lança luz sobre o conceito de culturas infantis, aqui para se referir ao folclore infantil com o acréscimo daqueles folguedos que não são folclóricos, como o futebol. Muitas das brincadeiras citadas pelo antropólogo foram igualmente vistas na Palha do Arroz – como a casinha e papai e mamãe – e, da mesma forma, as crianças se uniam com o intuito da recreação, no entanto,

“a estrutura correspondente é muito alterada nos grupos infantis em ação, pois as distribuições dos papéis [sic] sociais constituem um verdadeiro problema a ser resolvido quando do início de cada jogo diferente. Mesmo que se fizesse uma distribuição geral, ao se passar de um tipo de folguedo para outro, a necessidade de uma atualização se imporia concretamente.” (FERNANDES, 2004, p. 243).

De certa forma, a noção acerca dos brinquedos e das brincadeiras também foi mudando ao longo do tempo, assim como a infância enquanto uma construção social, cultural e histórica. Como vimos com Ariès (1962), as crianças previamente ao surgimento do conceito de infância moderno, eram tratadas de forma não diferente da dos adultos, sendo suas roupas inclusive muito parecidas. O mesmo relata Walter Benjamin (2017a) no que diz respeito às bonecas em específico, as quais somente no século XIX tiveram sua emancipação

da ideia de serem adultas em miniatura. O livro infantil também sofreu influências históricas (BENJAMIN, 2017b), primeiramente não sendo devidamente valorizados e apresentando histórias morais drásticas, beirando o cômico. Segundo o autor (BENJAMIN, 2017a, p. 55), essas mudanças demonstram um tipo de preconceito que seria o “de que as crianças são seres tão distantes e incomensuráveis que é preciso ser especialmente inventivo na produção do entretenimento delas”, no entanto, o que Benjamin (2017a; 2017b) mesmo demonstra é que as crianças se interessam por uma infinidade de coisas e que, na verdade, são elas e não os adultos que atribuem o sentido e fazem as correções que são necessárias para que, por exemplo, uma boneca com ar de princesa se torne uma camarada proletária entre as crianças.

Assim, podemos dizer que é a partir da interação com brincadeiras e brinquedos entre seus pares que as crianças criam suas visões e experiências de mundo, é onde elas desafiam ou aceitam, por hora, aquilo que lhes é dito, é onde elas agem dentro de sua “margem de manobra”¹⁰ (COHN, 2010, p. 28) para contestar aquilo que não lhes é interessante. Todas essas relações estão ainda, portanto, em diálogo com o contexto o qual as crianças vivenciam, haja vista que – assim como a infância – as brincadeiras das crianças moradoras da Palha do Arroz são diferentes das brincadeiras de crianças que moram em condomínios fechados, sem contato com o ambiente exterior, por exemplo.

3.4 AS BRINCADEIRAS NA PALHA DO ARROZ

Como já dito, durante a realização da pesquisa, acompanhei as brincadeiras das crianças nas ruas da Palha do Arroz e, principalmente e de forma proposital, longe dos olhares adultos, em um ambiente, de certa forma, não controlado e mais livre. No *espaço cimentado* (figura 2, p. 27), local ao lado da horta no qual as crianças brincavam comigo, raramente havia a presença de adultos como forma de fiscalizar o que estava acontecendo, geralmente, quando lá estavam, eles conversavam em companhia de outros adultos e usufruíam – à sua maneira – do ambiente da rua (figura 7). A intenção era que, assim, elas pudessem se sentir mais à vontade para brincarem sem muitas limitações, além de também ser, talvez, a única possibilidade para que eu fizesse o trabalho de campo com grupos maiores, já que as casas do habitacional eram pequenas e sem espaço para que as crianças a ocupassem brincando.

¹⁰“Deve-se entender que falamos em margem de manobra não como uma subversão ou manipulação do sistema, mas como algo que é inerente a ele; afinal, como dissemos (...), a criança não é apenas alocada em um sistema de relações que é anterior a ela e reproduzido eternamente, mas atua para o estabelecimento e a efetivação de algumas das relações sociais dentre aquelas que o sistema lhe abre e possibilita.” (COHN, 2010, p. 28)

Ademais, no conjunto habitacional também não tinha outro espaço de lazer – ou que fosse utilizado como tal – para a realização do meu propósito.

Figura 7. Adultos no espaço cimentado.



Fonte: Soares (2017)

O que aqui chamo de *espaço cimentado* e que exerce importante papel na infância dessas crianças pode ser mais bem descrito ao pensarmos em um espaço, equivalente a uma praça, com o chão de cimento, com pouquíssimas árvores que não faziam sombra o suficiente para aliviar o sol dos dias quentes, sendo a incidência de luz solar forte praticamente constante. O local costumava estar com lixo seco, o que aumentava a sensação de desconforto causada pelo calor junto com a poeira, a horta – ao lado – não tinha grandes árvores e algumas plantas estavam secas pela ausência de água para molhá-las. Do outro lado estava o muro da cooperativa de reciclagem com as pinturas feitas durante os eventos organizados pelos movimentos sociais e também com pixações – que as crianças também gostavam de fazer quando eu levava giz; e encostada nesse muro havia ainda uma casinha que abrigava alguns cachorros quando ainda estavam filhotes e sua mãe ainda precisava amamentá-los. Por vezes, roupas estavam estendidas em um varal coletivo também no mesmo espaço. Ao longo do que

será refletido adiante, é preciso também se lembrar da descrição desse local onde as crianças brincavam porque elas negociavam sua infância com essa infraestrutura, a qual é capaz de moldar e de ser moldada durante o processo de desenvolvimento das crianças enquanto seres humanos.

Além disso, no dia a dia, sem a minha presença, o espaço utilizado para as brincadeiras também costumava ser o da rua. Dentro das limitações de cada criança e também de sua margem de manobra, meninas e meninos costumavam brincar ao ar livre sem grandes limitações e a explicação era óbvia, ao olhar das crianças, quando eu as questionava sobre essa preferência. O espaço já pequeno das casas, muitas vezes ainda dividido em dois para abrigar mais de um núcleo familiar, não dava para abarcar suas necessidades: “a rua é mais legal, né Tia?”; “na rua dá pra correr” eram as respostas recebidas.

Entre as brincadeiras mais comuns entre as crianças do conjunto habitacional estavam algumas mais antigas e folclóricas (FERNANDES, 2004), como: amarelinha, seu rei mandou dizer, pega se esconder e pular corda. Para a amarelinha, as crianças pegavam o giz e faziam seus desenhos no chão de cimento e, assim, iam pulando, indo e voltando, ora com um pé, ora com dois. No seu rei mandou dizer, brincadeira em que uma criança – o rei – dá as ordens e as outras devem segui-las, geralmente quem ficava na posição do rei era uma das crianças mais velhas que estivesse no dia, sendo essas crianças também as que tentavam ordenar e impor suas vontades sob as mais novas nas outras brincadeiras.

Na hora de pular corda, em uma canção antiga cujos versos iniciais são “um homem bateu em minha porta e eu abri...”, as crianças da Palha do Arroz substituíram para “meu marido morreu de sete facadas”. O conteúdo violento da letra por elas transformada demonstra a interação com o meio no qual está inserido o conjunto habitacional, onde os moradores, principalmente os adultos, frequentemente reclamavam da violência e da falta de segurança. Durante os meses em que frequentei o local, inclusive, crianças e adultos comentavam com certa naturalidade acerca de uma morte que eles diziam ter acontecido por lá e as crianças geralmente falavam da presença da polícia como forma de confirmar que o habitacional não era um local seguro. A violência da vizinhança, assim, afeta a forma como as crianças brincam e demonstra que não só elas compreendem o que acontece, mas também agem sobre isso; da mesma maneira, o ambiente com a presença de violência também afeta a forma como as crianças aprendem a andar, falar, se comportar, etc. (INGOLD, 2019). Dessa forma, as crianças do CH Palha do Arroz interagem com o meio ambiente de forma recíproca, sua infância é construída por causa dele e elas também atuam sobre ele e, assim, o

desenvolvimento dessas crianças, das brincadeiras e de suas relações está diretamente ligado com o contexto social e histórico compartilhado também com os adultos.

Podemos pensar nessa questão quando Ingold (1993) argumenta que não vivemos em mundos separados, mas ocupamos um mesmo mundo em continuidade e, se olharmos a partir de um ponto específico, *prestando atenção* naquilo que as pessoas do local têm como importante, poderemos ver o mundo da forma como essas mesmas pessoas veem. Assim, pode-se refletir que as crianças e os adultos do CH convivem em um mesmo mundo e apenas o enxergam a partir de locais diferentes, de formas diferentes, e para apreender como essas crianças o vivenciam, é só olhar a partir de onde elas estão. Dessa forma, é possível compreender a mudança da letra da canção de pular corda que, em outro lugar, poderia soar inesperada.

Durante as brincadeiras, as crianças também costumavam mudá-las, acrescentando novos elementos como no caso do pega pegou, no qual elas me colocavam pra ser uma bruxa e correr atrás delas fazendo barulhos e caretas, saindo de um castelo depois que elas já tivessem corrido o suficiente pra estar longe. Talvez, a posição ocupada por mim em algumas dessas brincadeiras tivesse a ver com o fato de eu ser a adulta, mesmo que diferente ou atípica, porque elas costumavam me colocar para ocupar locais de “diferença”, como ser o “pega”, a “bruxa”, o “conta”, a “juíza” porque eu era “grande”. Lugar este que também era negociado a partir de suas necessidades, como por exemplo, uma vez durante um cabo de guerra em que eu fui “do time das meninas”, “do time dos maiores” ou simplesmente um reforço para “o time mais fraco”, a depender dos gostos das crianças. Torna-se evidente, assim, que elas reconhecem minha adulez, mas a negociam a partir do que interessar mais para elas.

Além dessas brincadeiras sem brinquedos mais elaborados, as crianças por vezes levavam bonecas, jogos, pipas ou suas bicicletas (figura 8). Ou ainda ressignificavam aquilo que, em algum momento, tinha sido chamado de lixo e descartado no *espaço cimentado*, local onde era comum o descarte do lixo seco que não mais tinha utilidade para os antigos donos. As crianças costumavam, assim, brincar com galhos provenientes da horta comunitária, restos de móveis, pneus, etc. (figuras 9 e 10), fazendo seus próprios brinquedos e brincadeiras no ato de brincar em si (BENJAMIN, 2017a).

Muitas vezes também, as mães das crianças que trabalhavam na cooperativa de reciclagem achavam alguns brinquedos durante o trabalho e levavam pra casa. Um dia, por exemplo, a mãe de dois meninos achou uma sacola com várias pulseiras de brinquedo e pouco

tempo depois os meninos então chegaram utilizando-as e se vangloriando em relação aos outros que não tinham nenhuma. Nesse caso, um brinquedo, que antes era lixo, foi ressignificado, assim, “há algo que não pode ser esquecido: jamais são os adultos que executam a correção eficaz dos brinquedos (...), mas as crianças mesmas” (BENJAMIN, 2017a, p. 87). Além disso, os meninos também fizeram com que um objeto que, segundo eles, era de menina, se tornasse motivo para enaltecimento entre eles e, dessa forma, um objeto de desejo.

Figura 8. Brinquedos de casinha.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

Além das brincadeiras mais conhecidas e folclóricas, observei na Palha do Arroz também a presença de brincadeiras e costumes mais particulares. Dentre eles, estava o “coquinho”¹¹ – que não chega a ser uma brincadeira em si, mas que as crianças sempre citam quando perguntadas sobre o que gostam de fazer – e o “passinho”. No espaço onde brincávamos havia uma árvore de coração de negro e, como parte de seu dia a dia, elas procuravam pelos frutos que caíam no chão, diferenciando aqueles que estavam “podres” e aqueles que estavam secos e bons para comer, em seguida, pegavam uma pedra grande o

¹¹O “coquinho” é o fruto da *Poecilanthe parviflora*, nome científico da árvore conhecida como “coração de negro”. Seus frutos são como legumes contendo uma única semente dentro.

suficiente para quebrar a casca, mas não pesada o bastante para machucar a semente, abriam o fruto e comiam o que tinha dentro (figura 11). Assim, era necessária toda uma técnica corporal, desde o momento de procurar por eles para distinguir aqueles que estavam podres, os quais eram meio “molhados”, daqueles que estavam mais secos por dentro e, portanto, aptos para serem comidos. O aprendizado desta técnica fazia parte da forma como as crianças se relacionavam com o espaço a elas destinado e sua apreensão só era possível a partir do próprio ato de procurar os “coquinhos”.

Figura 9. O pneu como um brinquedo.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

Comer o “coquinho” não me parece ser algo único e exclusivo da Palha do Arroz, haja vista que já ouvi narrativas parecidas durante a infância da minha mãe, mas pode-se refletir tal ação enquanto algo particular de uma infância vivida ao ar livre, muitas vezes longe do olhar adultos, distante dos centros urbanos mais movimentados e sem uma opção de lazer mais “convencional”. As crianças, então, atuam no ambiente, tornando-o mais interessante para elas.

A segunda observação também particular acerca da Palha do Arroz e, ao mesmo tempo não tão particular assim, mas que a situa social e historicamente, é o “passinho” do brega *funk* recifense. Dança difundida entre os jovens das periferias do Recife, caracterizada pela presença de movimentos pélvicos que acompanham o ritmo da música e que, ao mesmo tempo, também lembram movimentos sexuais, sendo diferente do “passinho” do Rio de Janeiro, apesar de ter neste uma referência (SILVA, 2020). Pelo olhar dos adultos, a dança é vista tanto como algo feio – devido aos seus movimentos – como quanto algo que pode afastar as crianças da violência, a partir do momento que é também uma forma concreta de movimentar a economia nas periferias e ser um fator de transformação social (SOARES, 2017 *apud* SILVA, 2020). Em uma das entrevistas realizadas, Nalva, reclamando sobre a falta de lazer para as crianças da comunidade, enfatiza que “seria bom, né, se tivesse um curso de computação... ou até mesmo essa música que os meninos ficam tudo aqui em grupo dançando, de fazer passinho...” como opção para que as crianças e adolescentes não mais ficassem nas ruas “sem fazer nada” – fala que também apresenta um sentido fortemente adultocêntrico.

Figura 10. A comidinha com aquilo que antes tinha sido descartado.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

No contexto geral, o “passinho” cresce entre a população jovem da RMR, no entanto, por ser uma manifestação cultural majoritariamente de jovens negros e de origem nas classes mais baixas acaba por incomodar os ideais higienistas da polícia e das classes mais altas do Estado. Apesar de seu caráter positivo ser reconhecido entre pessoas como Nalva e também entre pesquisadores (SOARES, 2017 *apud* SILVA, 2020), os encontros são fortemente reprimidos pela Polícia Militar de Pernambuco, principalmente quando os jovens saem das periferias e passam a ocupar espaços públicos centrais, mesmo que o Estado reconheça o brega enquanto expressão cultural a ser valorizada (PERNAMBUCO, 2017).

Figura 11. A técnica para comer “coquinho”.



Fonte: Soares (2017)

Para as crianças, dançar o “passinho” é algo divertido, ao mesmo tempo em que também é algo desafiador e contra as regras. Quem geralmente dança são os meninos, principalmente aqueles mais velhos ou que andam com os adolescentes, enquanto isso os meninos mais novos, com 4, 5 ou 6 anos, repetem seus movimentos ao lado. Já as meninas o fazem de forma mais contida e distante, mostrando-se mais envergonhadas, inclusive, eram elas que se mostravam mais curiosas sobre minha opinião acerca da dança, perguntando se eu a dançava. Uma delas, em um desses momentos, me afirmou que não dançava porque era “da igreja”.

Pensando nessas questões específicas e nas brincadeiras mais gerais e também em como as crianças se relacionam com elas, pode-se pensar acerca de relações de poder. Márcia Buss-Simão (2013), em sua pesquisa com crianças em uma instituição pública de ensino infantil de Florianópolis, observou – dentre outras coisas – como as crianças estabeleciam interações a partir de posições relativas de poder e dominância nas relações com seus pares, dependendo do propósito que estavam interessadas. Esses tipos de relações também foram observados entre as crianças da Palha do Arroz, por exemplo, na situação em que os meninos desafiariam as normas de gênero ao utilizarem que pulseiras, vistas como coisas de menina, e as utilizarem para se vangloriar em relação aos outros. Era por meio dessas interações também que as crianças mais velhas costumavam mandar nas brincadeiras e as mais novas deveriam segui-las ou, ainda, era assim que elas desafiavam as regras acordadas ou então meus pedidos e faziam exatamente aquilo que queriam fazê-lo. Esse poder pode ser negociado e muda na presença de adultos, mas quando estão entre seus pares, as crianças criam suas próprias relações e sua própria hierarquia de poderes. Aqui, é importante frisar que, como afirma Pierre Clastres (2017), o poder é imanente ao social, então, da mesma forma que os adultos, as crianças também são capazes de se valer desse meio para benefício próprio e para construir aquilo que desejam.

Dentro das interações ente as crianças, havia também certo limiar entre a brincadeira e a briga. Geralmente as crianças do conjunto habitacional brigavam muito e por muito tempo, sendo por vezes muito agitadas e raramente parando quietas. Por razão desta inquietude é que era tão difícil conseguir um momento em que sentássemos para debater os desenhos que elas faziam ou aqueles que elas me pediam para fazer, por exemplo. As brigas podiam acontecer de forma pontual ou generalizada, com várias crianças brigando ao mesmo tempo, uma tomando a briga da outra para si.

Contrariando o ideal ocidental de pureza e ingenuidade das crianças, as brigas eram cheias de puxões de cabelo, tapas e inúmeros xingamentos, da mesma forma em que não era incomum que acontecesse delas jogarem pedras ou outros objetos umas nas outras. Além disso, aconteceu certa vez de alguma criança queixar-se com sua mãe acerca de um desentendimento que não parava e a mãe da criança vir reclamar com a outra ofendendo a mãe dessa criança que brigava com seu filho, pois as duas crianças estavam sempre brigando e a outra mãe não “fazia nada” para resolver a situação. Assim, o desentendimento das crianças ultrapassava os limites do que poderia ser entendido como uma “ação infantil” e

também afetava a experiência dos adultos, mostrando que não há exatamente uma separação entre dois mundos diferentes.

Meu lugar nas brigas geralmente variava em não intervir e deixar que elas se resolvessem sozinhas ou tentar alguma forma de conciliação, no entanto, sem muito sucesso. As crianças pareciam gostar da minha atenção no ato da briga e parecia tornar a coisa mais divertida ainda. Elas costumavam tentar despertar minha atenção com certa frequência, assim como as crianças do Gonzaga faziam com Begnami (2008): queriam estar comigo, queriam estar abraçadas comigo, conversando, bebendo da minha água, comendo da minha comida, mexendo no meu cabelo ou, nesse caso, tendo a briga por mim intermediada. Tal lugar não foi percebido por mim logo de cara, demorou certo tempo, mas a partir do momento em que compreendi que havia um ar de brincadeira também na briga, assim compreendi também que disputar minha atenção passava igualmente por esse processo de brincadeira.

Aqui, minha intenção não é discorrer acerca dos limites entre a briga e a brincadeira, já que só as crianças que estavam inseridas na interação poderiam fazê-lo. Certa vez aconteceu, por exemplo, de estarem duas crianças brigando e uma terceira adentrar para defender uma delas e, a partir disso, as duas crianças do desentendimento inicial virem reclamar comigo porque a briga não era do interesse daquela terceira, devendo ela, assim, ficar de fora. Ou seja, a briga além de ser entendida apenas por quem está de dentro, também tem a autorização de quem a está vivenciando para existir, sendo também uma forma particular das crianças interagirem com seus pares (CRUZ; CARVALHO, 2004).

3.5 O BRINCAR NA RUA

Muitas das questões aqui apresentadas acerca das crianças da Palha do Arroz estão muito relacionadas com a existência e a vivência que se tem a partir das ruas do conjunto habitacional, as quais não são iguais às ruas maiores e mais movimentadas que ficam perto, pois são menores e mais calmas. Mesmo não sendo um ambiente fechado, com muros e portões de entrada e saída, as ruas do CH são mais frequentadas por aqueles que ali moram ou vão lá visitar parentes ou fazer outra coisa. Apesar da não existência concreta, é como se existissem limitações não visíveis entre o que está fora e o que está dentro.

As crianças, em sua maioria, são – de certa forma – independentes para brincarem na rua, dentro certamente da margem de manobra a elas permitida por seus pais ou responsáveis e, mesmo com essa não regulação, geralmente os limites invisíveis do conjunto habitacional

não são por elas ultrapassados. Uma vez, quando ficaram com raiva de algo na brincadeira em que estávamos brincando, algumas das crianças foram para longe do *espaço cimentado* se sentar no que seria um possível limiar entre o que é e o que não é mais Palha do Arroz. Assim, elas ficaram sentadas na esquina entre a avenida e uma das ruas do CH, no entanto, em nenhum momento se mostraram intencionadas em ir além.

Nas ruas do habitacional eram onde também aconteciam uma infinidade de eventos, das brincadeiras entre as crianças aos eventos organizados por movimentos externos, de uma reunião pequena a festas de aniversários. No tempo que passei lá, vi a rua ser ocupada de diversas formas: evento de igreja, eventos dos movimentos sociais, reuniões, conversas entre os vizinhos, festas, para beber, para pintar a unha, para secar as roupas, etc. (figura 12). Mesmo não sendo incomum que pessoas, principalmente em lugares menores como cidades pequenas ou bairros mais afastados do centro, utilizem a rua para outras questões que não apenas às ligadas ao âmbito público, na Palha do Arroz a rua carrega algo de íntimo e desafia divisões não tão fluidas entre espaços privados e espaços públicos (DAMATTA, 1997). A rua é, de certa forma, uma extensão do espaço privado da casa que, ao mesmo tempo, é um espaço também público à medida que as portas estão geralmente abertas, não havendo a barreira inicial que separa esses dois “mundos”.

Figura 12. Mulheres pintando a unha e bebendo cerveja durante evento.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

Os adultos, por mais que utilizassem a rua constantemente, geralmente quando questionados sobre o habitacional, reclamavam bastante sobre a falta de um espaço de lazer, sobre precisar usufruir do espaço da rua porque não haveria opção do que fazer em casa ou ainda sobre o tamanho pequeno da casa que não ofereceria o conforto para passar o tempo. Eram eles também que, quando questionados sobre a infância do local, falavam que seria importante a construção de um espaço de lazer para que as crianças não frequentassem tanto as ruas, afastando-as, assim da violência, segundo eles. No entanto, esta me parece uma visão muito particular do adulto – por mais que tanto adulto quanto criança imaginem a rua inicialmente como algo perigoso, já que ambos costumavam me alertar dos perigos do conjunto habitacional e do bairro, algumas vezes até me acompanhando na parada ou “olhando” minha bolsa para não roubarem.

Enquanto para o adulto, a rua era vista como um problema devido à falta de uma estrutura maior de lazer, as crianças geralmente a enxergavam como um lugar maior e, portanto, mais vantajoso para se brincar. Algumas crianças ficavam mais na frente de suas casas ou não extrapolavam os limites das suas próprias ruas, ou ainda ficavam “presas” em casa, mas não é possível negar que grande parte das crianças do habitacional tinha certa autonomia para frequentá-la. Assim, a rua é um marcador fundamental para pensarmos a infância da Palha do Arroz também, já que um tempo considerável de suas vidas e boa parte de suas relações são fortalecidas neste ambiente.

No entanto, as ruas do CH não foram construídas pensando nas crianças que iriam utilizá-la, em sua segurança ou diversão. Por mais que o projeto original planejasse a construção de um espaço de lazer, isso poderia ser facilmente visto como algo “desnecessário” e – como foi feito – eliminado na hora do desenvolvimento da obra, seja por falta de recursos ou qualquer outro motivo alegado. Apesar da construção de uma cidade feita por homens para homens e que geralmente dificulta a acessibilidade de outras pessoas que fujam dessa norma, as crianças da Palha do Arroz seguem ocupando o espaço público da rua e não se contentando com o espaço privado que lhe teria sido relegado. Espaço privado este que, se refletido de outra forma, também pode ser comparado com o ideal ocidental de pureza da criança que não deve ser contaminada por aquilo que vem de fora, aquilo que é impuro, aquilo que é “cultural” porque o seu “natural” é ser pura. A criança enquanto ser natural e pertencente ao espaço privado deve ser cuidada e amparada, principalmente pela figura materna, a qual também compartilha o mesmo espaço. Para as crianças do gênero masculino é

reservado o espaço para crescer, se tornar adulto e trocar de espaços, no entanto, o mesmo não acontece caso estejamos falando de meninas.

Aqui, no entanto, é importante focar especificamente nas crianças da Palha do Arroz e em como elas não se contentam com o espaço do privado, o qual já está inserido em um contexto específico de habitações populares e pequenas, e acabam, assim, extrapolando suas experiências para as ruas. Relações que se alimentam mutuamente: a rua que se torna privada pela utilização que os moradores, inclusive as crianças, fazem dela e o privado (a criança) que se torna pública a partir da relação que estabelece com a rua. Assim, em uma intenção de compreender melhor a infância analisada, o ideal seria fugir desses dualismos que nada acrescentam, mas deixam o debate enrijecido (PROUT, 2005), fazendo uso das teorias que tentam quebrar essas dicotomias para que, dessa forma, a Antropologia da Criança, não continue falando de si para si mesma (COHN, 2013) com paradigmas teóricos tão enraizados que não é mais possível pensar além deles. As próprias crianças da Palha do Arroz ressignificam as dicotomias aqui debatidas, portanto, não faz sentido continuar pensando em dualidades enquanto uma experiência universal. As crianças ressignificam aquilo que lhes é possível, e são também ressignificadas a partir de suas experiências.

4 AS CRIANÇAS DA PALHA DO ARROZ E A CATEGORIA GÊNERO

4.1 A INTERSECÇÃO ENTRE INFÂNCIA E GÊNERO NA ACADEMIA

Partindo da perspectiva histórica proposta pelo movimento feminista Ocidental, o qual segmenta a luta feminina contra as discriminações sofridas pelas mulheres em três “ondas”, podemos refletir de forma mais aprofundada acerca de pontos de convergência entre as categorias gênero e infância. Utiliza-se tal perspectiva sem desconsiderar as diversas formas de resistência de mulheres não ocidentais e suas respectivas perspectivas históricas e ligações com a infância, no entanto, a compreensão utilizada se aplica de forma satisfatória ao pensarmos no desenvolvimento do ambiente acadêmico no qual se situa este trabalho.

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu durante a virada do século XIX para o século XX em diversos países ocidentais, por meio da explosão de protestos do intitulado movimento sufragista, que lutava, dentre outras coisas, pelo direito de voto das mulheres. É importante frisar que, apesar de almejar a emancipação feminina, tal movimentação ainda mantinha atitudes racistas, de acordo com autoras como Angela Davis (2016), e excluía mulheres não brancas ao priorizar, por exemplo, o direito ao voto das mulheres brancas em detrimento de um sufrágio universal que abrangesse também a população negra. Décadas depois, a segunda onda, surgida no final dos anos 1960, trouxe uma tentativa de construção teórica sobre o movimento por parte das mulheres acadêmicas para, assim, somar com a reivindicação de direitos por meio das marchas e protestos nas ruas. Também dentro do ambiente das universidades, se deu início, nos primeiros anos da década de 1990, a terceira onda feminista, a qual se tornou importante na discussão da universalidade da mulher e, portanto, na inclusão teórica de mulheres não brancas. É por meio do entendimento da segunda e da terceira ondas do feminismo ocidental que podemos pensar na ligação entre crianças, mulheres e os estudos de gênero, que aqui se faz importante.

Durante a segunda onda, quando as mulheres universitárias de diversas áreas de estudo começaram a denunciar a ausência feminina nesses contextos, as discussões feministas atingiram uma esfera diferente e passaram a ser divulgadas também através de jornais, livros e revistas (LOURO, 2003). As mulheres então se ocuparam na construção de um novo conhecimento que buscava ser revolucionário – e assim foi – e centralizado nas próprias mulheres, esse intento fez com que surgissem os chamados estudos da mulher, os quais sofreram grande resistência por parte dos acadêmicos homens, que relegaram às mulheres

somente a função de estudarem sobre elas mesmas. A existência de campos de estudo como a história e a psicologia da mulher, portanto, acabou por manter as mulheres em grupos isolados dentro da academia, sem desorganizar a ordem vigente e tanto criticada (LOURO, 2003; SCOTT, 1990).

A resistência sofrida pelos estudos da mulher em se estabelecerem e afirmarem sua importância no meio de outras pesquisas é comparada (MARCHI, 2011; PINTO, 1997) com a resistência direcionada aos estudos das crianças, os quais se tornaram evidentes anos depois. O surgimento e o desenvolvimento desses estudos foram também, de certa maneira, consequência das movimentações feministas, já que, como lembra Ana Lúcia de Faria (2006), as reivindicações feministas pelo direito às creches fizeram com que pesquisadoras passassem a se interessar pelo estudo das crianças em tais ambientes para, em seguida, demandarem a criação de espaços de creche como direito não apenas das mulheres, mas também das próprias crianças.

Com o decorrer do tempo e a contínua reflexão acerca das discussões teóricas de interesse feminista, o isolamento das mulheres dentro da academia passou também a ser questionado e, com ele, uma nova leva de estudos surgiu, os quais não mais focavam na ideia de diferenciação a partir do sexo biológico, mas em uma nova conceitualização para a palavra gênero. Foi Joan Scott (1990), historiadora estadunidense, uma das primeiras pesquisadoras a propor que o gênero fosse utilizado enquanto categoria de análise teórica, assim como a raça e a classe, adquirindo, assim, um significado muito mais relacional. Gênero não mais tinha a ver unicamente com o feminino, mas com a relação entre masculino e feminino. Através da mudança de estudos voltados a uma universalização da mulher para análises que rejeitavam o determinismo biológico na diferenciação social entre homens e mulheres e a utilização do termo gênero como forma de indicar a construção social dessas relações, o campo de estudos feministas se diversificou. Entendendo o gênero enquanto “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p. 7), pôde-se perceber que a idealização da mulher enquanto ser único que compartilha das mesmas vivências não seria capaz de abranger todas as mulheres existentes, assim, a definição do que é ser mulher passou a ser questionada por autoras como Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (2003; 2008).

A compreensão da não existência de uma definição única e universal do que é ser mulher aponta para a necessidade de se repensar a dicotomia ocidental homem \times mulher que, da mesma forma, nos fazem questionar as oposições

“‘produção-reprodução’, ‘público-privado’, ‘razão-sentimento’, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico. Ora, é fácil concluir que essa lógica é problemática para a perspectiva feminista, já que ela nos ‘amarra’ numa posição que é, aparentemente, conseqüente [sic] e inexorável. Uma lógica que parece apontar para um lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero.” (LOURO, 2003, p. 32).

A partir do que Louro (2003) chama de desconstrução dessa(s) polaridade(s) rígida(s) é que podemos abrir a possibilidade de se refletir e se incluir diferentes feminilidades e masculinidades que se distinguem daquilo que tende ao hegemônico. Contrariar oposições universais como masculino *x* feminino, público *x* privado nos leva a questionamentos como: de qual mulher estamos falando? A qual faixa etária, raça, classe social ela pertence? Quais experiências ela compartilha? Por meio dessas indagações, a experiência de mulheres negras, indígenas, *trans*, bissexuais, lésbicas, etc. são levadas em consideração e não mais apagadas e escondidas atrás de um ideal que se pretende superior.

Por social, histórica e culturalmente partilharem espaços com as mulheres, ao encarmos os questionamentos feitos pelas autoras feministas (BUTLER, 2003; LOURO, 2003; 2008) a partir dos anos 1990, podemos também questionar o papel dessas dicotomias na exclusão e na invisibilidade das crianças tanto na academia quanto no âmbito social. Aquele que está posicionado no polo dominante – o masculino, o público, o cultural – é, na sociedade Ocidental, o homem branco adulto e de classe média, relegando a mulheres, crianças e todas as pessoas que desviam da norma, o polo dominado e, portanto, inferior. Reivindicar a ruptura de oposições excludentes é também uma forma de reivindicar os direitos das crianças, assim como fizeram as mulheres que primeiro estudaram as crianças nas creches, ou seja, fora do ambiente familiar – o privado –, e a partir daí reconheceram a importância de observá-las longe dos parentes (FARIA, 2006). Estudar crianças em um ambiente distinto do da família, depois abrindo caminho para estudos também longe do meio educacional, foi um início para o reconhecimento de seu papel enquanto agentes sociais capazes na construção de relações, detentoras de histórias e sujeitas de direitos (FARIA, 2006).

Interseccionar as discussões acerca das categorias gênero e infância, portanto, se torna essencial no sentido de seguir reafirmando a inadequação de dicotomias e oposições fixas para explicar as diversas possibilidades de experiências humanas, além de ter sido por meio dessa perspectiva que se pôde pensar na criança para além de espaços privados e sem ação que se imaginava como únicos possíveis para sua existência. A partir disso também podemos pensar no constante desenvolvimento do campo de estudos das e com as crianças, de modo a

inserir novas categorias de análise para que o foco não mais esteja direcionado apenas ao papel da criança enquanto ator social e portador de direitos, o que já nos foi demonstrado inúmeras vezes pelas pesquisas da área, sendo necessário, assim, ir além. Com a intersecção entre gênero e infância, podemos não só questionar as dicotomias já conhecidas como podemos também conhecer novas formas de existência, de feminilidades e masculinidades que não se encaixam no que se entende como hegemônico e que vai além da ideia tradicional que se tem da criança.

No trabalho etnográfico empreendido por João Rodrigo Martins (2016) em uma escola municipal situada no distrito de Tremembé em São Paulo, as crianças demonstraram a existência de um padrão hegemônico diferente daquele que existe como exemplo universal na sociedade ocidental e que estava muito mais ligado às referências do *funk* e do crime presentes no lugar onde a escola estava localizada, lugar este classificado por ele como periférico. Os padrões de gênero existentes, no entanto, não eram seguidos pelas crianças sem questionamentos, pois como diz o autor:

“diante desse quadro vale frisar que os meninos não incorporam as expressões de masculinidades observadas na periferia ou em sua família, por exemplo, eles reinterpretam e expressam a sua maneira, porquanto simultaneamente é possível notar a presença forte de estereótipos, papéis [sic] de gênero nas ações e expressões dos meninos e também uma releitura ou até mesmo contestação por parte de alguns deles do que é considerado masculino, por exemplo a demonstração de afeto e carinho manifestada pela proximidade de contato físico, ao abraçar, segurar a mão, atitudes de impensável consonância no interior de uma masculinidade hegemônica na periferia. Assim, coexistem a hiperatividade, agressividade, sofrimento físico e corporal como forma de construção de uma masculinidade socialmente desejada com brechas de subversão e reformulação. Por certo, isto não ocorre de maneira idêntica entre todos os meninos, porque há aqueles que se conformam mais com a masculinidade hegemônica, aqueles que destoam e outros que oscilam entre momentos de sintonia e de ruptura.” (MARTINS, 2016 p. 75)

A argumentação do antropólogo seguiu o mesmo ponto de outras autoras como Márcia Buss-Simão (2013) que também identificou a atuação ativa das crianças na aceitação ou não dos padrões de gênero que lhes eram comuns ao pesquisá-las em uma instituição de educação infantil de Florianópolis. O gênero foi encarado pela autora como categoria central na constituição das relações sociais pelas crianças, oferecendo tanto uma possibilidade quanto uma limitação para sua ação social, haja vista que tal categoria se fazia constantemente presente nas interações. Essas interações variavam desde a negociação até a aceitação de determinado comportamento hegemônico, a depender das diferentes posições de poder e de dominância ocupadas pelas crianças nas suas relações com seus pares.

Trabalhos como o de Martins (2016) e o de Buss-Simão (2013) (BUENO, 2012; CRUZ, 2014; CRUZ; CARVALHO, 2006; COSTA NOVO, 2019; CUNHA; ARAÚJO; GOMES, 2011; FINCO, 2004; GOBBI, 1997; MORAES, 2012; SOUZA, 1999), além de reconhecerem o papel social das crianças, não mais a isolam em um mundo à parte do mundo adulto e extrapolam os limites de uma área de estudos que, como disse Cohn (2013) se referindo especificamente à Antropologia da Criança, já está consolidada, mas ainda carece de maior diálogo com as demais áreas – e, portanto, possibilidades – de pesquisa. Dessa forma, assim como os estudos da mulher começaram com certo isolamento dentro da academia para então se desdobrarem teoricamente fazendo do gênero uma categoria relacional, os estudos das crianças estão rompendo o isolamento da dicotomia adulto \times criança e, cada vez mais, reafirmando a importância de uma análise das crianças em conjunto com o ambiente e com as variáveis que também afetam os adultos.

4.2 A NEGOCIAÇÃO DOS PADRÕES DE GÊNERO ENTRE AS CRIANÇAS DA PALHA DO ARROZ

Durante o período que passei junto com as crianças do Conjunto Habitacional Palha do Arroz, pude observar que as questões de gênero costumavam estar presentes em grande parte das ações e dos comentários feitos por elas, moldando as brincadeiras, brigas e diálogos construídos. Desde o primeiro dia da minha chegada ao local, as crianças – principalmente meninas –, curiosas acerca da minha presença, se revezavam em me interrogar sobre minha vida e uma das perguntas ouvidas com mais frequência era se eu tinha namorado ou marido. A pergunta, dependendo da minha resposta, era seguida por conversações sobre o lugar da mulher, que essas meninas um dia se tornariam, dentro da dinâmica familiar. Para elas, a mulher era aquela que permanecia em casa cuidando do lar enquanto o marido estivesse fora trabalhando e, ao mesmo tempo em que afirmações desse tipo possam soar como simples aceitação ou adequação a padrões de gênero hegemônicos que classificam o ambiente privado como espaço que deve ser ocupado, sobretudo, pela mulher – e pela criança –, alguns comentários eram feitos também com sentimento de alívio por não ser necessário fazer qualquer que fosse o trabalho fora de casa, já que, para elas, o homem teria que trabalhar para bancá-las. No entanto, diferentemente da ideia expressa pelas meninas, muitas unidades habitacionais da Palha do Arroz são gerenciadas por mulheres que, seja na cooperativa de

reciclagem, nas vendinhas construídas dentro das próprias casas ou em outras ocupações, trabalham para sustentar a família e, muitas vezes, sozinhas.

Em uma das brincadeiras de casinha feitas pelas crianças, uma festa seria organizada e, para isso, as comidas deveriam ser preparadas (figura 13). Durante a organização, os meninos também queriam participar, no entanto, Amanda – uma das meninas – não queria deixar, perguntei o porquê e então ela disse que apenas meninas podiam organizar a festa. Ao mesmo tempo, Amanda também não queria deixar que Carolina a ajudasse, dessa vez, no entanto, ela não se explicou quando perguntada sobre o motivo e só disse que não era para a outra menina ajudar – Letícia, no entanto, a estava ajudando. Carolina e os meninos não saíram de perto apesar da negativa de Amanda e dos chamados de Vinícius para que voltassem a jogar bola. Um tempo depois, alguns meninos foram por vontade própria comprar mais brigadeiro para acrescentar aos que já haviam sido comprados por Amanda e Letícia mais cedo.

Figura 13. As comidas da festa.



Fonte: Soares (2019)

Em outro momento, também durante uma brincadeira de casinha, Carolina se intitulou a mãe das outras crianças e pediu para que Igor fosse o pai. A função inicialmente

estabelecida por Carolina para ela mesma era a de cozinhar, enquanto a função dada por ela ao pai era a de levar os filhos na escola enquanto ela estava cozinhando. Carolina era uma das meninas que costumava me perguntar sobre meu estado civil ou com quem eu morava e foi ela também quem disse uma das vezes que a mulher tem que cozinhar para o marido. Nos dois episódios narrados anteriormente, é possível observar a divisão de funções entre homens e mulheres dentro do espaço interno da casa, uma separação mais dura entre o público e o privado que muitas vezes não é vista na realidade do CH, já que, ao trabalharem e se engajarem politicamente, as mulheres extrapolam os limites de suas casas e deixam de se encaixar no padrão hegemônico da mulher branca, adulta e de classe média, a quem é relegado somente o espaço de cuidado do lar.

Às mulheres da Palha do Arroz, no entanto, não só é relegado o espaço de cuidado, mas também o de suprimento financeiro da residência, fazendo com que essas mulheres desafiem a lógica excludente e se diferenciem daquele ideal reconhecido como normal, questionando, assim, as dicotomias e oposições criticadas por autoras como Louro (2003; 2008). Dessa forma, as crianças do conjunto habitacional são apresentadas, ao mesmo tempo, a ideais dissonantes de masculinidade e feminilidades, sendo eles: 1) os ideais hegemônicos da sociedade ocidental expressos e reforçados, dentre outros meios, pelo Estado e pelas mídias; e 2) os ideais da Palha do Arroz que, em comparação com os primeiros, se tornam marcados por suas características destoantes e se baseiam, sobretudo, na mulher negra – mãe, tia ou avó – com múltiplas jornadas de trabalho e que, ainda assim, cuidam da família. A figura masculina, apesar de estar presente e aparecer em alguns desenhos e diálogos, não era tão falada pelas crianças e, da mesma forma, pouco se envolveu e se mostrou durante o desenvolvimento da pesquisa em campo.

Mesmo sendo apresentadas a dois ou mais padrões de gênero, as crianças do CH mostravam sua capacidade de negociação com esses padrões em suas brincadeiras e interações, não incorporando nenhum por completo e de forma definitiva. No exemplo da brincadeira de casinha em que Amanda negou a presença de meninos na organização da festa porque esta deveria ser uma função das meninas, ela também negou a participação de Carolina, uma menina. Assim, ao mesmo tempo em que utilizou uma noção padronizada acerca dos locais que homem e mulher devem ocupar na sociedade, ela também negociou essa noção ao negar a presença de outra menina no mesmo local ocupado por ela, sem dar explicações sobre o motivo. Atitudes como a de Amanda mostram o que Buss-Simão (2013)

chama atenção em seu trabalho ao compreender o gênero tanto como possibilidade quanto como limite para as ações sociais das crianças, já que

“esse processo de posicionamento, de construção e definição de pertencimento de gênero é complexo, fragmentado, instável, por isso em constante transformação e também permeado pelo entrecruzamento de outras categorias e por posições relativas de poder e dominância – aqui, no caso, aliado aos desejos.” (BUSS-SIMÃO, 2013, p. 951).

Assim, podemos hipotetizar que como Amanda estava em uma posição teoricamente superior na brincadeira, ela estava com o poder de decisão sobre quem participaria ou não do processo, usando, dessa forma, os artifícios – neste caso, os padrões hegemônicos de gênero – que lhe foram cabíveis para separar os meninos e simplesmente seu desejo para recusar a presença da outra menina. A negociação do gênero feita por Amanda, portanto, demonstra a forma fluida e não engendrada que esta categoria ocupa na infância da Palha do Arroz, de modo que as crianças podem decidir – dentro de sua margem de manobra – os momentos em que aceitam ou não aquilo que lhes foi apresentado como norma.

Outra ocasião para observar as relações das crianças com as normas de gênero era durante os momentos em que dançavam o passinho, no qual os meninos geralmente mostravam uma maior desinibição em expor seus movimentos enquanto as meninas – se o fizessem – o faziam de forma mais isolada. Era comum, durante o período em campo, observar meninos, aparentemente aqueles com 10 anos ou mais, se juntarem em grupos, seja na rua ou na casa de algum deles, para ensaiarem novos passos e coreografias. No evento de carnaval em 2019, organizado pela Marcha Mundial das Mulheres e pelo Centro Sabiá em parceria com as mulheres do habitacional, alguns meninos – que não costumavam estarem presentes comigo – se reuniram ao lado da tenda onde estava montado o som e começaram a dançar uma coreografia que provavelmente já tinha sido previamente ensaiada, já que os passos eram bastante similares. Os meninos mais novos, então, se aproximaram e tentaram repetir os passos que estavam sendo feitos enquanto as meninas permaneceram sentadas desenhando (figura 14).

A relativa liberdade dos meninos em exibirem passos de uma dança que remete movimentos sexuais se opõe de forma notável ao comportamento das meninas em continuarem suas atividades, nesse episódio específico, ou em dançarem de forma mais contida como dito na seção anterior (p. 65). Para além de pensar no passinho enquanto uma forma de reforçar o lugar dos meninos na esfera pública, na qual a exposição e certa liberdade lhes seriam muito mais comum do que às meninas, que estariam ocupando um local de maior

privacidade e pudor, podemos refletir de maneira a priorizar o papel de protagonistas das crianças. Dessa forma, mesmo que em menor número e de modo não tão extrovertido, as meninas do habitacional desafiam a matriz dicotômica do gênero e o local de ingenuidade relegado às mulheres brancas de classe média, ao dançarem o passinho. Ainda que a presença de mulheres seja comum no *brega-funk* recifense e grupos de passinho feminino façam sucesso, a existência da figura feminina na cena de tal gênero musical é, de certa forma, dúbia e desafiadora, podendo essa presença ser mal vista ou alvo de discussão muitas vezes (SOARES, 2012; SOARES; FERREIRA JÚNIOR, 2019). Assim, as meninas da Palha do Arroz se dividiam entre, ora se policiarem para não dançarem – inclusive expressando esse controle verbalmente –, ora dançarem de forma a chamar menos atenção.

Figura 14. A presença do passinho entre as crianças.



Fonte: Soares (2019)

De maneira igualmente desafiadora, o ato de dançar o passinho faz com que as crianças do CH como um todo, tanto meninas quanto meninos, contrariem o ideal moderno de infância, para o qual dançar uma dança sexualizada não seria uma ação adequada para a pureza infantil que, assim, poderia estar em perigo devido aos movimentos “adultos”, os quais muitas vezes eram vistos com reprovação, como algo “feio” e que, portanto, não deveria ser repetido. Essa narrativa acerca da feiura da dança era repetida, muitas vezes, juntamente com o argumento de que não era adequado dançar por causa do pertencimento à igreja –

geralmente a evangélica que se situava na “favela” –, a qual de acordo com uma moralidade cristã, se opõe enquanto alternativa certa a figuras erradas como a da *piriguete* e a do *cafuçu*¹², ambas exaltadas no cenário do brega recifense. No entanto, o fato das crianças dançarem uma dança com elementos sexuais e músicas com temáticas também sexualizadas não é capaz de fazer nenhum juízo de valor sobre a qualidade e a integridade moral de sua infância; pelo contrário, dançar demonstra, mais uma vez, a capacidade das crianças em questionarem as normas impostas e as dualidades que não são capazes de abranger suas experiências de vida. O passinho e o ritmo musical do brega-*funk* são, assim, características locais que permeiam e situam a infância da Palha do Arroz em um contexto maior que a diferença de infâncias outras.

Ainda em relação às características locais de onde está situado o conjunto habitacional e as influências exercidas nas relações das crianças, voltamos novamente para a brincadeira de casinha. Dessa vez, meninas e meninos tinham construído uma casa ao lado da horta comunitária, com restos de moveis velhos que tinham sido colocados no *espaço cimentado* para que o carro do lixo pegasse, e faziam comidinhas com folhas e outros materiais também encontrados no local. Para facilitar o corte das comidas, Letícia foi então buscar uma faca em sua casa, o objeto era do tipo que tinha a lâmina sem serra, não oferecendo perigo de cortes. Carolina, que estava no papel de mãe, foi quem ficou utilizando a faca e cozinhando (figura 15) e, assim, convidou Igor para ser o pai, aquele que deveria ser responsável por levar as crianças para a escola. O menino foi então atrás das outras crianças, já que deveria levá-las à escola, e iniciou, com isso, um pega-pega entre pais e filhos, ao qual Carolina também se juntou após alguns segundos. Logo em seguida, Igor foi à cozinha e pegou a faca anteriormente utilizada para cozinhar, colocou-a no cós do *short* que vestia e começou a ameaçar com ela os filhos que não queriam ir estudar.

A partir do momento em que Igor pegou a faca, toda sua postura também mudou: ele inflou o peito, levantou os ombros, deixou os braços mais curvados e abertos em relação ao resto do corpo, inclinou a cabeça para um dos lados e saiu andando de forma mais firme e com as pernas abertas. Ele alternava entre deixar a faca na cintura e utilizá-la para enfrentar as outras crianças, enquanto também as ameaçava verbalmente dizendo que ele era o pai e elas deveriam obedecê-lo. Apesar da apreensão com a situação, observei seu desenrolar até um dos meninos vir em minha direção e falar que não queria mais brincar porque estava com medo;

¹²Termos utilizados pelo pesquisador Thiago Soares (2012) para se referir, respectivamente, à “mulher fatal, sedutora e sexualmente ativa” (p. 59) e ao homem hiperssexualizado “com grande disposição e competência sexual” (p. 63).

pedi então para que Igor parasse e me devolvesse a faca. Sua postura novamente mudou e ele voltou a brincar da mesma forma que estava brincando antes de portar o instrumento. A partir do comportamento de Igor vemos a presença de um ser masculino autoritário e violento, que exerce e está acostumado a exercer um papel de superioridade e de poder sobre os outros, no entanto, a rápida troca de atitudes através do porte ou não da faca mostra a fluidez com que as crianças da Palha do Arroz reconhecem e escolhem a reprodução ou não desses papeis nas relações entre seus pares.

Figura 15. Carolina utilizando a faca e cozinhando na casinha.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

Além das atitudes e dos papeis exercidos nas brincadeiras, a negociação dos padrões de gênero pelas crianças acontecia também a partir das conversações entre elas, as quais muitas vezes envolviam xingamentos. Em um dia em que o *espaço cimentado* estava coberto por galhos de árvores recém-podadas, Caio – um menino de 6 ou 7 anos – pediu para que Fernanda, uma das meninas com as quais ele andava, saísse do meio dos galhos porque isso não era uma coisa de menina, no entanto, a resposta da garota foi um sonoro “eu posso fazer isso sim!” e lá continuou (figura 16). Ao mesmo tempo em que reproduziam, algumas

crianças também eram alvos de tentativas de seus pares em limitar suas ações por motivos de gênero.

Figura 16. “Eu posso fazer isso sim!”.



Fonte: Soares (2019)

Xingamentos como “viado”, “bicha” e “bichinha”¹³ eram comuns de serem proferidos contra quem tivesse atitudes que não correspondessem às performances que se espera do gênero masculino como, por exemplo, brincar com brinquedos de menina e ter cabelos grandes. Os xingamentos acabavam sendo motivo constante para brigas e as mesmas crianças poderiam xingar ou defender uma outra, a depender do seu posicionamento na briga do momento, o que não era algo fixo. Enquanto os xingamentos para os meninos eram relacionados apenas à orientação sexual e eram mais frequentes, os direcionados às meninas, apesar de em menor número, também tinham a ver com sua orientação sexual – como chamar a outra de “sapatão” –, mas também se relacionavam com a moral dessas meninas. Era comum, portanto, que meninas fossem chamadas de “rapariga”, uma forma pejorativa de se referir a mulheres que são prostitutas, amantes ou têm uma grande diversidade de parceiros sexuais.

¹³ Formas de se referir, de maneira pejorativa, a homens gays ou que não performam a masculinidade hegemônica.

É importante salientar também que na Palha do Arroz as crianças costumavam andar com seus pares de gênero, o que causava certa divisão de grupos: meninos de um lado, meninas do outro. No entanto, havia crianças que não se encaixavam em nenhum desses dois grupos ou ainda aquelas que ultrapassavam essa separação, estando presente no grupo do gênero oposto. Além disso, quando bebês, sendo eles do gênero feminino ou masculino, estavam presentes durante as brincadeiras, eram as meninas quem costumavam estar com e se responsabilizar por eles; responsabilidade essa que era também estendida para mim, caso eu estivesse presente. Geralmente, um grupo gostava de se encontrar comigo na ausência do outro, assim, havia menos brigas e conflitos. Essa divisão, no entanto, também não era completamente rígida, sendo os dois grupos capazes de interagir entre si sem muitos problemas. Mas, apesar disso, eram as meninas que se mostravam mais fluídas em relação aos padrões de gênero, já que eram elas que saíam em defesa de seus amigos quando eram chamados de “viado” ou “bichinha”, com o argumento de que eles podiam fazer o que quisessem que continuariam sendo meninos.

Figura 17. Os meninos com as pulseiras.



Fonte: Soares (2019)

Ainda sobre essa fluidez, certo dia as mães de algumas das crianças encontraram pacotes de pulseiras coloridas na cooperativa de reciclagem e levaram para casa, assim, certo

final de semana inúmeras pulseiras estavam espalhadas pelo habitacional nos braços das crianças (figura 17). Duas dessas crianças eram meninos e, logo que cheguei, vieram me mostrar os novos brinquedos que possuíam. Seus braços estavam cheios e eles as exibiam para mim e para os outros meninos que lá estavam e não tinham tais pulseiras. Esses outros meninos pediam incessantemente para que eles dividissem os objetos, no entanto, as duas crianças só aceitaram fazê-lo depois que me deram algumas (poucas em relação à quantidade do pacote) e, mesmo assim, ainda deram um número muito limitado, fazendo com que os outros meninos seguissem insistindo.

Diante da quantidade discrepante de pulseiras que as duas crianças portavam em comparação com as outras e de suas constantes negativas de compartilharem mais, os outros meninos começaram então a utilizar o argumento de que pulseiras são coisas de menina e, ainda, que aquelas tinham sido achadas no lixo, o que significava que as duas crianças que estavam com elas, segundo os outros, eram pobres. Os dois meninos – com suas pulseiras – desmentiam as informações usadas contra eles e, como nem sempre a posição das crianças em relação aos padrões dicotômicos eram fixas, a argumentação não foi muito longe e logo cada um se contentou com a quantidade ganha. A questão de as pulseiras serem ou não coisas de menina não foi mais discutida entre eles.

Esse processo de negociação dos padrões de gênero entre as crianças também esteve presente no trabalho etnográfico de autores como Marcos Vinícius Moraes (2012), o qual ressalta, a partir de sua experiência com crianças de uma escola pública de São Paulo, que “de fato, os meninos apresentam uma maior dificuldade de se distanciarem do estereótipo de gênero, valendo-se de estratégias singulares para formular, por meio das *brincadeiras*, suas preocupações relativas a essa construção” (p. 220, grifo do autor). Portanto, apesar de se impor para ambos os lados, a matriz dicotômica de gênero se torna mais inflexível para os meninos também na Palha do Arroz, os quais se veem envergonhados e tentando fugir dos xingamentos de “viado” ou “bicha”, que os faz se aproximar – mesmo sem querer – do polo feminino, já que “viados” seriam aqueles que não se comportam de acordo com a masculinidade hegemônica.

Ao desviarem, ainda que momentaneamente e talvez sem o intuito de fazê-lo, das normas de gênero e negociarem constantemente seus posicionamentos em suas relações, as crianças do conjunto habitacional estão – à sua maneira – questionando a já desgastada matriz dicotômica do gênero. Matriz esta que, como já foi dito, é composta pela relação de oposição e, conseqüente, hierarquia entre o homem e a mulher brancos, tornando a inclusão e o

reconhecimento, tanto de outros tipos de relações quanto de outras possibilidades de existência, quase impensáveis ou fadados a um local de inferioridade. Os moradores do CH Palha do Arroz são, em sua maioria, negros e, assim, não são acolhidos por tal lógica dicotômica, a qual faria parte da dicotomia central entre humanos – brancos e civilizados – e não humanos – negros, indígenas, etc. – em que se baseia a modernidade colonial (LUGONES, 2014).

Portanto, a única forma de abranger outras pessoas que destoam dessa matriz é fragmentando-a; só assim seria possível pensar em homens e mulheres não-brancos, LGBTQIA+ e de diversas faixas etárias, aqui inclusas as crianças que também são excluídas da lógica hegemônica, haja vista que o ideal de homem ou mulher se faz sobretudo na fase adulta, momento em que se está “pronto” para o mundo. Às crianças não é relegado o lugar de se pensar sobre gênero, de forma que o ideal de infância enquanto algo universal é estável e não permeado por nenhuma variável social, histórica, etc.

No entanto, mesmo já tendo o feito através dos dados etnográficos, aqui reforço a importância do estudo das crianças e das relações de gênero na infância, principalmente devido ao cenário político brasileiro atual: uma conjuntura de retirada de direitos e de negação de fatos científicos antes tidos como verdadeiros e garantidos. Por mais que estejamos em um momento frutífero no meio acadêmico onde se pretende estudar a infância, o que pode ser visto através dos mais interessantes trabalhos apresentados nas reuniões científicas e encontros de grupos de trabalho, jamais devemos tomar por garantido os nossos direitos e os direitos das crianças em existirem das mais diversas formas. O governo que atualmente comanda o país, encabeçado por Jair Messias Bolsonaro e sua ampla frente conservadora – com nomes como o da ministra Damare Alves –, tentam a todo custo marginalizar os estudos antropológicos e os estudos de gênero, sobretudo, quando envolvem crianças, com justificativas excludentes dos conceitos de família e de infância que, certamente, não abrangem aqueles que conheci na Palha do Arroz.

4.3 O MOVIMENTO FEMINISTA E AS CRIANÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL

Como forma de enfrentar os desmandos dos governos federal, estadual e municipal, entendo e acredito no poder de transformação dos coletivos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Assim, a ligação das moradoras da Palha do Arroz com o movimento feminista e de agroecologia foi uma das primeiras coisas que chamou minha

atenção logo quando conheci o habitacional. À primeira vista, imaginei que, em um lugar com inserção do movimento feminista, sendo principalmente as mulheres engajadas aquelas que têm consciência da opressão comum sofrida tanto por elas quanto pelas crianças, as crianças do conjunto habitacional estariam – de certa forma – também envolvidas nas ações das organizações que lá atuam ou, ainda, teriam uma infância diferenciada por causa dessa proximidade.

No entanto, apesar da presença das crianças em todos os encontros, eventos, ações e reuniões que acompanhei, seja por causa da participação da mãe, por vontade ou por curiosidade, poucas eram as atividades pensadas diretamente para elas. A presença da criança nos eventos era, sobretudo, um direito da mulher mãe que não tivesse com quem deixar seus filhos ou simplesmente quisesse levá-los e esse direito deveria ser assegurado pelos grupos atuantes. As crianças, porém, não eram vistas como capazes de discutir as questões feministas ou então de pensar e/ou ajudar nas questões da horta.

Quando, em maio de 2019, o Centro Sabiá e a Marcha Mundial das Mulheres resolveram retomar com maior frequência os mutirões de limpeza da horta comunitária, me juntei às mulheres nas atividades e constantemente me perguntava como as crianças não estabeleciam uma relação mais próxima com o local, sendo que este se situava tão perto de onde elas brincavam e era de livre acesso a todas, além de ser alvo de inúmeros debates e atividades nos quais elas mesmas se faziam presentes. No entanto, em um dos primeiros mutirões que participei, o objetivo – além de limpar – era construir uma cerca mais alta para impedir a entrada das crianças na horta, pois, segundo as mulheres do conjunto habitacional, as crianças pulavam a cerca para destruir as plantas.

Fiquei então atenta às relações estabelecidas pelas crianças com o lugar e pude observar que elas costumavam pular a cerca para pegar flores e folhas para utilizarem em alguma brincadeira ou para me presentear, assim, o que tinha sentido de destruição para os adultos, parecia muito mais uma nova criação para as crianças. Elas também utilizavam a figura da horta em suas contações de histórias sobre os bichos que lá habitavam, principalmente as cobras. “Tia, na horta tem cobra”, era o que me diziam. “É, eu já vi!”, outro concordava. Certo dia depois de tanto vê-los pulando a cerca ao invés de entrar pela entrada principal, perguntei o porquê e, como resposta, eles me disseram que era para que Nalva, a dona da horta para eles, não visse e reclamasse. A horta – que era comunitária e não de Nalva – ficava com a entrada de frente para a porta de sua casa e o lado de trás virado para o *espaço cimentado*.

Dessa forma, entendi que o vínculo existente entre as crianças e a horta era diferente daquele existente entre as mulheres e o lugar. Para as mulheres, a horta era um local de articulação com o movimento feminista que, segundo elas, tinha possibilitado que elas pudessem conhecer outras tantas mulheres com histórias diversas que não seria possível conhecer de outras formas, além de ser utilizado de acordo com sua função de plantar e colher. Já as crianças, dentro da sua margem de manobra, criaram uma interação que desviava desse papel central da horta e lhes servia, por exemplo, como forma de construir uma relação com seus pares e comigo.

Em outro momento, em um dos mutirões de limpeza da horta de junho de 2019, estavam as mulheres do CH, da MMM, do Sabiá e eu retirando galhos velhos quando Letícia e Bianca se aproximaram de mim, aparentemente curiosas com o que estava acontecendo e interessadas em brincar. Comecei então a conversar com elas e, sem que ninguém precisasse pedir, as duas meninas estavam também ajudando na limpeza dos galhos, fazendo o mesmo que eu estava fazendo. As mulheres continuaram o trabalho e não fizeram nenhum comentário acerca da presença delas, com exceção de um ou outro sorriso trocado em silêncio. É plausível que as meninas tenham ido até a horta ajudar devido à minha presença, já que foi assim que começaram a interação, no entanto, seria possível que as crianças criassem uma relação maior de cuidado e afeto com a horta, da mesma forma que as mulheres criaram, se os movimentos também as convidassem de forma ativa para participar das ações como esta, por exemplo – o que poderia ser uma “solução” para o que era considerado um problema pelas moradoras: a presença das crianças na rua.

Óbvio que seria igualmente possível também que as mulheres convidassem as crianças para tais atividades e elas não o quisessem, já que são capazes de tomar suas próprias decisões. Entretanto, uma infinidade de relações poderia ser construída a partir do reconhecimento do papel ativo das crianças pelo movimento feminista que lá atua, fazendo com que estas crianças não mais fossem tratadas como adjacentes às suas mães e passassem a serem vistas, na prática, enquanto sujeitos de direitos. A perpetuação dessa visão da criança e de sua mãe enquanto dependente uma da outra acaba se tornando uma lacuna no processo de emancipação de ambas as categorias, podendo ser capaz de atrasar a agenda do movimento feminista como um todo.

Ainda em junho de 2019, estive presente também em uma chamada “reunião de acolhimento” sugerida pelo Centro Sabiá e pela Marcha Mundial das Mulheres na casa de Vera. Na reunião, a intenção era que as mulheres se aproximassem entre si e se acolhessem

para além dos trabalhos desenvolvidos na horta. Além da companheira indicada pela MMM para conduzir a reunião, estavam presentes e sentadas em círculo na sala, seis mulheres da Palha do Arroz, três da Marcha, uma do Sabiá e duas crianças: uma bebê e Amanda, que passou a reunião inteira trocando olhares de cumplicidade comigo e que assistia atentamente ao desenrolar da reunião.

Uma das dinâmicas de acolhimento feita se baseava na criação, por cada mulher, de um desenho com coisas que ela gostasse e que a fazia bem para, no final, presentear outra mulher com a qual ela tivesse uma ligação e que quisesse oferecer aquilo que foi desenhado como algo positivo. Assim, foram distribuídos lápis, canetas e folhas de papel a todas, inclusive para Amanda. Quando terminamos o desenho, foi pedido que cada uma explicasse o que tinha sido desenhado e dissesse para quem iria o desenho e o por quê. Todas as mulheres tiveram sua vez e eu observava atentamente como elas se portariam quando chegasse a hora de Amanda explicar o seu, no entanto, a vez da menina foi ignorada e já estavam se aprontando para a próxima fase da dinâmica quando eu pedi que também fosse dada a palavra a ela. A menina, no entanto, não quis falar, mas deu seu desenho para a mãe.

Quando pedi às mulheres que olhassem para o desenho da criança, elas pareceram não ter se dado conta do que havia acontecido e se mostraram surpresas, porém era este o comportamento recorrente na maioria dos momentos em que as crianças estavam presentes. Assim, mulheres acabavam reproduzindo uma invisibilização também passada por elas em outros espaços e simplesmente não percebiam as crianças e, mais especificamente, as meninas que estavam ao seu redor. Ainda que o espaço das crianças – a “creche” – fosse pensado durante a preparação das atividades maiores no habitacional, acontecia uma separação bruta entre o que era feito no ambiente das crianças e no ambiente dos adultos, sendo o espaço pensado primordialmente enquanto forma de garantir a participação unicamente das mulheres, já que é a mulher, na maioria das vezes, a encarregada pelo cuidado com as crianças em casa. Essa separação invisível nos eventos era constantemente quebrada pelas meninas e meninos que participavam das batucadas e ficavam atentos às rodas de diálogo (figura 18), no entanto, o movimento inverso não era visto.

É evidente que, dentro do seu campo de atuação, nem toda organização feminista precisa lutar por todas as pautas ao mesmo tempo, o que seria provavelmente impossível, no entanto, como não discutir a infância em um local em que elas se faziam tão presentes e onde uma das principais reclamações dos adultos era justamente a preocupação com a falta de um espaço de lazer para seus filhos e filhas? Apesar da ideia de construção de uma creche no CH

ter surgido em algumas conversas entre as mulheres, como oposição ao fato das crianças passarem boa parte de seu tempo livre nas ruas, em nenhum momento as crianças foram ouvidas para dizerem o que gostariam que fosse feito em seu benefício caso houvesse a possibilidade de executar uma obra de tal porte, negando-as a possibilidade de um espaço ativo dentro da discussão.

Figura 18. A quebra da fronteira invisível entre crianças e adultos.



Fonte: Crianças da Palha do Arroz (2019)

Falta talvez, para a militância organizada na Palha do Arroz, o reconhecimento da criança enquanto sujeito social, portador de agência e não apenas um ser humano que virá a se tornar adulto e que, somente a partir daí, é que poderá ingressar nas relações sociais. É reforçada então uma noção de criança enquanto incapaz, porém o que acontece, na verdade, é o contrário: as crianças já estabelecem suas próprias relações sociais, mesmo com aquilo que os adultos lhes negam o acesso, desde muito cedo. E quando falo “cedo” aqui, pretendo ir além de pensar a criança apenas como ser social e reconhecer que, de fato, existe uma imaturidade biológica (PROUT, 2005). Apenas dessa forma é possível fugir de dualismos e fazer com que mulheres e crianças não mais sejam silenciadas e com que os estudos das crianças possam se beneficiar da discussão de outros campos, como o gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a finalização desta dissertação seja necessária, não posso considerar que ela se apresenta enquanto um fim em si mesma, haja vista que o processo etnográfico foi interrompido e, assim permaneceu, durante todo o ano de 2020 e início de 2021 devido à pandemia do novo coronavírus, que nos obrigou a repensar objetivos e prioridades e a lidar com angústias, dores e lutos. Para além disso, mesmo que houvesse tido continuação, as considerações que aqui faço também não poderiam se dar por encerradas: não é possível a apreensão de um todo por uma antropóloga. A conclusão desta dissertação foi o encerramento de um ciclo apenas enquanto que a existência das crianças da Palha do Arroz é entrelaçada por tantas facetas e nuances que jamais poderia eu buscar compreendê-la totalmente. No entanto, o percurso durante o ano passado em campo e as reflexões éticas, teóricas e metodológicas feitas me forneceu a possibilidade de vislumbrar um pouco da infância dessas crianças e aqui trazê-la.

A partir do contato que busquei, propositalmente, estabelecer tanto com adultos quanto com crianças, pude perceber a existência de diferentes conceitos de infância no conjunto habitacional. Entre os adultos, a noção presente parecia se caracterizar enquanto uma noção de infância sem agência, na qual a criança é constantemente passiva na construção de suas relações e só recebe maior atenção – não no sentido de afeto – quando se torna adulta, pensamento este oriundo da popularização das teorias de desenvolvimento e socialização da psicologia. As atitudes consequentes desse ideal perante as crianças se repetiam dentre as moradoras da Palha do Arroz e as integrantes das organizações e movimentos sociais lá atuantes, que costumavam separar o espaço da “creche” durante os eventos para atividades ligadas a meninas e meninos, enquanto que as crianças reiteradamente quebravam a divisão invisível dos espaços não direcionados para elas. Apesar do caráter passivo dessa visão acerca da criança colocar meninas e meninos em um local sob tutela daqueles por eles responsáveis, havia também certa autonomia dessas crianças em circularem por espaços além do de suas próprias residências e ficarem sem a supervisão de adultos e/ou responsáveis. Ainda que essa autonomia seja imposta pelas características físicas do conjunto habitacional, sem um espaço de lazer considerado pelos moradores adequado e casas pequenas e incapazes de acolher todas as demandas das pessoas que lá vivem, é importante considerá-la enquanto marcadora de fluidez na ocupação dos espaços pelas crianças.

A outra noção de infância observada – aquele existente dentre as próprias crianças do conjunto habitacional –, na verdade, não se encaixa exatamente enquanto uma ideia tão elaborada quanto a dos adultos, já que, para elas, crianças são os *outros*, são os bebês ou os *menores*. Para as crianças, elas próprias já são *grandes*. Ao mesmo tempo, o que as caracterizava enquanto crianças, para elas mesmas, era a possibilidade das brincadeiras que as diferenciava dos adultos que seriam aqueles que trabalham – talvez aí esteja explicada minha facilidade em ser considerada uma adulta atípica, haja vista que eu embarcava em suas brincadeiras e, de certa forma, não era considerada como se estivesse trabalhando. Não havia uma idade exata para o ser criança para as crianças, apesar de haver uma evidente constatação de que elas não são adultas, até mesmo certa separação entre esses dois “mundos”. Enquanto para os adultos, a questão da faixa etária era mais notável – inclusive ao considerarem crianças aqueles que possuíam até em média os 14 anos, idade que coincide com aquela esperada para os alunos do último ano do Ensino Fundamental II no Brasil –, para as crianças, o ponto me pareceu ser muito mais complexo. A infância experienciada pelas crianças da Palha do Arroz não estava ligada a uma conceituação teórica rígida, mas a um engajamento prático com o mundo, uma forma particular de habitá-lo que, através das brincadeiras e das relações estabelecidas com seus pares, com os adultos e com o ambiente, só foi possível de compreender ao me deixar *prestar atenção* às suas vivências.

As brincadeiras de amarelinha, seu rei mandou dizer ou de bruxa, assim como os atos de dançar o passinho e de comer “coquinho” são, portanto, definidores do que é ser criança no CH estudado, não sendo meramente passatempos ou falta do que fazer, esta última sendo a principal reclamação acerca do tempo em que as crianças passavam nas ruas que, para os adultos, era um período a ser ocupado com algo “útil”. Brincar na rua também não se entendeu aqui enquanto única e exclusivamente uma consequência da ausência de locais adequados ao lazer – além disso, o que seria mesmo um local adequado? –, mas como circunstância que molda a construção dessas crianças enquanto seres humanos. Era nas ruas movimentadas e com músicas, sobretudo, que as crianças aproveitavam para dançar o passinho; o chão de concreto e os muros da cooperativa de reciclagem no *espaço cimentado* que possibilitavam brincadeiras como a de amarelinha e as inúmeras fotografias tiradas com as câmeras fotográficas; a presença de móveis velhos e galhos no ambiente das brincadeiras que fazia com que as crianças pudessem construir suas casinhas; o contexto de masculinidade existente no conjunto habitacional que foi capaz de moldar a postura física assumida por Igor na brincadeira com a faca; entre outros exemplos.

As relações estabelecidas pelas crianças com seus pares ao longo dessas atividades e brincadeiras foram centrais para se observar o processo de negociação dos padrões de gênero por elas que, ora os reproduzem, ora os questionam. Assim, tanto meninas quanto meninos às vezes corroboravam com o dualismo ocidental que separa homens e mulheres em polos opostos de uma mesma relação ao distinguirem atitudes adequadas para cada gênero e utilizarem xingamentos para apontar aqueles que não as seguissem, porém eram os meninos aqueles que mais recebiam os insultos ao se aproximarem do que é tido como feminino pela sociedade. Da mesma forma em que corroboravam, essas crianças também quebravam a dualidade de gênero e defendiam sua autonomia de fazê-lo, não se adequando a uma norma que se pretende fixa e limitante.

Pensar na constante formação das crianças enquanto seres humanos como marcada pelas circunstâncias nas quais elas estão inseridas não significa uma negação de sua capacidade de ação social, mas o reconhecimento de que não mais se faz necessário defender o caráter social da infância negando sua parte biológica. Compreendo como importante o empenho de cientistas sociais e antropólogas em focar na primeira instância ao iniciarem os novos estudos sociais da infância, mas resumir-se a isso é reduzir a potência desses estudos e, sobretudo, fixar as crianças em uma ultrapassada divisão rígida entre o social e o biológico quando, na verdade, eles se entrelaçam. Dessa forma, na prática, há mais fluidez do que rigidez tanto nessa quanto em outras divisões apresentadas ao longo deste trabalho e que pretendem de alguma forma explicar o mundo. O entorno do Conjunto Habitacional Palha do Arroz, uma região com baixo acesso a infraestrutura, qualidade de vida prejudicada e com relatos frequentes de violência; um local onde o Poder Público não foi capaz de acolher adequadamente o crescimento populacional, principalmente de pessoas negras e mais pobres, molda social e biologicamente a construção da criança de lá moradora que, numa via de mão dupla, também age social e biologicamente nesse ambiente.

As crianças da Palha do Arroz, assim, nos mostram um fluxo constante em seu engajamento com o mundo: na maneira em que compreendem sua infância e desafiam as barreiras impostas entre elas e o mundo dito adulto, como nos eventos organizados no habitacional; na forma em que quebram a noção do que é privado e do que é público ao fazerem da rua também o seu local de lazer; no jeito em que combinam briga e brincadeira em uma mesma ação; e no momento em que contestam e negociam os padrões hegemônicos de gênero que lhes são apresentados. Conhecê-las nos deu a possibilidade de compreender um pouco mais sobre as inúmeras infâncias passíveis de existir nos mundos afora e de encontrar,

através delas, uma Palha do Arroz diferente daquela que os grupos e movimentos sociais da cidade do Recife conhecem por meio dos adultos. Trabalhar este conjunto habitacional em específico também abriu espaço para compreender um pouco mais seu processo de formação, assim como o de outros conjuntos habitacionais vizinhos, como a Saramandaia, que já foram cenários de estudos outros.

Por fim, mas não menos importante, reforço a importância política de se parar para perceber e se atentar para crianças no campo das ciências humanas em um país de recente criminalização desses estudos e de radicalização de um discurso que exclui crianças que desviem de uma norma branca, de classe média e oriunda de famílias nucleares clássicas. Mais do que nunca, portanto, é um momento de não retroceder e, sim, de seguir no desenvolvimento contínuo da Antropologia da Criança e áreas afins.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH. Beberibe. *In: _____*. **Relatório de monitoramento da qualidade da água de Bacias hidrográficas do Estado de Pernambuco em 2018**. 2018. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/relatorio_be_18;4803010202;20200213.pdf. Acesso: nov. 2020.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. **Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – Prometrópole**. [entre 2003 e 2008]. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/apresentacao11>. Acesso em: out. 2020.
- ALANEN, Leena. Rethinking Childhood. **Acta Sociologia**, v. 31, n. 1, p. 53-67, 1988.
- ALDERSON, Priscilla. **Young Children’s Rights: Exploring Beliefs, Principles and Practice**. Londres – Filadélfia: Jessica Kingsley Publishers, 2000.
- ANGELOU, Maya. **And Still I Rise: A Book of Poems**. Nova Iorque: Random House, 1978.
- ARIÈS, Philippe. **Centuries of Childhood: A Social History of Family Life**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1962.
- AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out.-dez. 1988.
- BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese Character: A photographic analysis**. Nova Iorque: The New York Academy of Sciences, 1942
- BEGNAMI, Patrícia dos Santos. **Pelos olhos das crianças: uma etnografia da favela do Gonzaga**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- BENJAMIN, Walter. História cultural do brinquedo *In: _____*. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades – Editora 34, 2017a.
- _____. Livros infantis velhos e esquecidos. *In: _____*. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades – Editora 34, 2017b.
- BONETTI, Alinne de Lima. **Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação**. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 105-122, jul.-dez. 2009.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BUENO, Michele Escoura. **Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 939-1064, out.-dez. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CALAF, Priscila Pinto. **Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Research with Children: Perspectives and Practices**. Londres e Nova Iorque: Falmer Press, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. *In*; GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

COHN, Clarice. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 195- 222, 2000.

_____. **Antropologia da Criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2010.

_____. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013.

CORSARO, William A. Interpretative reproduction in children's role play. **Childhood**, v. 1, p. 64-74, 1993.

_____. **"We're friends, right?"**: Inside kids' culture. Washington, D.C.: Joseph Henry Press, 2003.

_____. **Sociology of Childhood**. 2. ed. Califórnia: Sabe Publications, 2005.

COSTA NOVO, Arthur Leonardo. "Crianças trans"? Reflexões sobre a agência de crianças que afirmam pertencer ao gênero oposto ao de nascimento. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. *Online*.

CRUZ, Tânia Mara. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 01, p. 157-188, mar. 2014.

_____.; CARVALHO, Marília Pinto de. Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 113-143, jan.-jun. 2006.

CUNHA; Beatriz Belluzzo Brando; ARAÚJO, Maria de Fátima; GOMES, Renata Fernanda Fernandes. Infância e diversidade: significações de gênero no brincar de crianças em uma brinquedoteca. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 3, n. 5, ago.-dez. 2011.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALCÃO, Christiane Rocha. “**Ele já nasceu feito**”: o lugar da criança no Candomblé. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 279-287, jan.-jun. 2006.

FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuições do Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis. **Pro-Posições**, v. 15, n. 1, p. 229-250, jan.-abr. 2004.

FINCO, Daniela. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher**: relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na Pré-escola. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOBBI, Maria Aparecida. **Lápis vermelho é de mulherzinha**: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. Edimburgo: University of Edingurgh/Social Sciences Research Centre. 1956.

HELLEINER, Jane. Toward a Feminist Anthropology of Childhood. **Atlantis**, v. 24, n. 1, 1999.

_____.; CAPUTO, Virginia; DOWNE, Pamela; LARAMÉE, Guy. Anthropology, Feminism and Childhood Studies. **Anthropologica**, v. 43, n. 2, p. 135-137, 2001.

HUIZINGA, Johan H. **Homo Ludens: A study of the play-element in culture**. Londres – Boston – Henley: Routledge & Kegan Paul, 1949.

INGOLD, Tim. The art of translation in a continuous world. *In*: PALSSON, Gísli. **Beyond boundaries: understanding, translation and anthropological discourse**. Oxford: Berg, 1993.

_____. Anthropology is *Not* Ethnography. **Proceedings of British Academy**, v. 154, p. 69 – 92, 2008.

_____. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. Nova Iorque: Routledge, 2011.

_____. **Antropologia**: pra que serve? Petrópolis: Vozes, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. *In*: _____. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/>. Acesso em: nov. 2020.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian L. **Constructing childhood**: theory, policy, and social practice. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004

JENKS, Chris. **Childhood**. Londres – Nova Iorque: Routledge, 2002.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador – Bauru: EDUFBA – EDUSC, 2012.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, 2002.

KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. O que temos para brincar? Um estudo sobre os brinquedos encontrados na educação infantil. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do “gênero”. *In*: 2003; **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, mai.-ago. 2008.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

MARANHÃO, Maria Helena Pereira Gomes. **Mudanças Aparentes e Efeitos Invisíveis**: sociabilidade, identidade e vulnerabilidade no cotidiano urbanizado da Bacia do Rio Beberibe. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 387-406, jul.-dez. 2011.

MARTINS, João Rodrigo Vedovato. **Performatividade de gênero na infância em uma escola de periferia de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MAYALL, Berry. **Children’s Childhoods**: Observed and Experienced. Londres – Washington, D.C., 2003.

MEAD, Margaret. **Coming of Age in Samoa**. Nova Iorque: William Morrow & Company, 1928.

_____. **Growing up in New Guinea**. 1. ed. Nova Iorque: HapperCollins, 2001.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. **A construção de uma infância em uma escola pública de educação infantil da cidade de São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Manuela Maria Pereira. **Trajatórias da provisão habitacional: supressão da natureza e desigualdade em meio urbano**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

OLIVEIRA, Aliane Pereira de Oliveira. **“Dei só uma mudadinha, não mexi muito não”**: um estudo etnográfico sobre movimentos e transformações em um conjunto habitacional em Recife-PE. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ORTNER, Sherry B. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? *In*: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Teoria na antropologia desde os anos 60. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Urbanização da Bacia do Rio Beberibe**. 2008.

_____. Lei nº 16.044, de 16 de maio de 2017. Altera a Lei nº 14.679, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a garantia de apresentações de artistas e grupos que executam a Expressão Cultural Pernambuco no Estado de Pernambuco. **Diário Oficial do Estado**, 19 de ago. 2017.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997.

PIRES, Flávia. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e Infância no semi-árido nordestino. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 134-151, 2008.

_____.; FALCÃO, Christiane Rocha; SILVA, Antonio Luiz da. O Bolsa Família é direito das crianças: participação social no semiárido nordestino. **Teoria & Sociedade**, n. 22, v. 1, p. 141-167, jan.jun. 2014.

PROUT, Alan. **The Future of Childhood**: Towards the interdisciplinary study of children. Nova Iorque: RoutledgeFalmer, 2005.

_____.; JAMES, Allison. A new paradigm for the Sociology of Childhood? Provenance, promise and problems. *In*: JAMES, Alisson; PROUT, Alan (ed.). **Constructing and Reconstructing childhood**: contemporary issues in the sociological study of childhood. Londres: Falmer Press, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Coléccion Sur Sur, CLACSO, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: _____.; _____. (coord.). **As crianças**: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul.-dez. 1990.

SILVA, Gabriel Francisco da. O Brega como ato de narrativa nas periferias do Recife: reflexões fenomenológicas existenciais. **Revista Hum@nÆ**, v. 14, n. 2, 2020.

SOARES, Thiago. Conveniências performáticas num show de brega no Recife: Espaços sexualizados e desejos deslizantes de *piriguetes* e *cafuçus*. **Logos**, v. 19, n. 01, jan.-jun. 2012.

_____.; FERREIRA JÚNIOR, Pedro Alves. Controvérsias e disputas simbólicas na música brega: o caso “tem gogó, querida?”. **Revista ECO-Pós**, v. 22, n. 3, 2019.
SOUZA, 1999

SOFFIA, MC. Menina Pretinha. *In*: **LETRAS**. [S.l., 2016?]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-soffia/menina-pretinha/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

STAR, Susan Leigh. The Ethnography of Infrastructure. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 3, p. 377-391, nov.-dez. 1999.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? *In*: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

THORNE, Barrie. Re-visioning women and social change: where are the children?. **Gender and Society**, v. 1, n. 1, p. 85-109, 1987.

TOREN, Christina. **Making sense of hierarchy**: cognition as social process in Fiji. Londres – Atlantic Highlands: The Athlone Press, 1990.

_____. Making History: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology. **Man**, v. 28, n. 3, p. 461-478, set. 1993.

_____. Antropologia e psicologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, out. 2012.

VAILATI, Alex. Seeing in Distance: Video Production among Rural South African Youth. **Visual Anthropology**, v. 21, n. 43, p. 355-374, 2014.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.